SulAmérica

associada ao ING

5118

SUL AMÉRICA

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

CNPJ: 33.041.062/0001-09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

SEMESTRE FINDO EM

30/06/2012

SulAmérica

associada ao ING

SUL AMÉRICA

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

CONTEÚDO:

1) RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;

2) RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA;

3) COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA E IDENTIFICAÇÃO DO ATUÁRIO E DO CONTADOR;

4) RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;

5) BALANÇOS PATRIMONIAIS;

6) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS;

7) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES;

8) DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DOS PATRIMÔNIOS LÍQUIDOS;

9) DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA e

10) NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
CNPJ/MF nº 33.041.062/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras intermediárias da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base nas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), vigentes na data de publicação dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias e no pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Conjuntura econômica

A atividade econômica brasileira teve crescimento modesto no primeiro semestre de 2012. De acordo com dados preliminares, o PIB (Produto Interno Bruto) estimado deve ter se expandido 1,5% nos doze meses terminados em junho, que se compara ao crescimento de 2,7% com que encerrou 2011. A desaceleração do crescimento econômico brasileiro foi abrangente, mas os motivos se concentraram principalmente no setor industrial. O câmbio valorizado e a concorrência dos importados explica, em parte, esse desaquecimento da atividade industrial. O crescimento do consumo brasileiro, motor da expansão econômica dos últimos anos, também perdeu força na primeira metade do ano. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência explica a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano.

A desaceleração da economia global, decorrente do agravamento da crise europeia, também foi responsável pelo fraco desempenho da economia nacional no semestre. A desaceleração econômica dos principais parceiros comerciais do Brasil impactou a economia via exportações, deprimindo as vendas externas de manufaturados. Além disso, a combinação de cenário externo adverso e atividade doméstica fraca derrubou a confiança dos empresários, travando os investimentos produtivos, contribuindo, também, para o desaquecimento econômico.

A desaceleração econômica foi acompanhada pelo arrefecimento das pressões inflacionárias. A variação do IPCA (índice de preços ao consumidor amplo) diminuiu de 6,5% no final de 2011 para 4,9% em junho de 2012. O recuo da inflação deveu-se não só aos efeitos deflacionários do menor crescimento mundial, como também de uma combinação favorável de ausência de choques de oferta, menores preços administrados e a nova ponderação do IPCA. O Banco Central seguiu com seu ciclo de corte de juros, iniciado na segunda metade do ano anterior, buscando estimular a atividade econômica. A taxa básica SELIC foi reduzida sucessivamente, saindo de 11% no início do ano para 8,5% ao final de junho, e o ciclo de corte poderá

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

prosseguir no segundo semestre, podendo estabilizar em 7,5%. O governo federal adotou medidas para incentivar o crescimento, recorrendo a isenções fiscais para diversos setores industriais (autos principalmente), a expansão do crédito, como também a ampliação dos gastos públicos, em especial em investimentos. Apesar da renúncia fiscal e ampliação das despesas públicas, o governo manteve sua determinação de produzir um superávit fiscal nas contas públicas de 3,1% do PIB, neste ano.

2. Principais Informações Financeiras

Resultado (R$ milhões)	6M12	6M11	Var.
Prêmios de seguros*	1.313,7	1.268,2	3,6%
Prêmios ganhos	1.352,0	1.287,3	5,0%
Receita com emissão de apólices	75,7	21,1	258,9%
Sinistros ocorridos	(1.075,9)	(936,4)	(14,9%)
Custos de aquisição	(329,7)	(313,3)	(5,2%)
Margem bruta	22,1	58,6	(62,4%)
Resultado antes dos impostos e participações	106,4	112,5	(5,4%)
Lucro líquido	96,1	86,2	11,4%

*Contempla prêmios convênio DPVAT, prêmios cedidos em co-seguros e a cobertura de risco das contribuições ao VGBL.

3. Comentário sobre o desempenho

No primeiro semestre de 2012, a receita de prêmios de seguros atingiu R$1,3 bilhão, 3,6% acima da receita obtida no mesmo período do ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R$1,1 bilhão, 14,9% acima dos 6M11. Os custos de aquisição somaram R$ 329,7 milhões, aumento de 5,2% frente aos primeiros seis meses de 2011. Neste mesmo período, o lucro líquido alcançou R$96,1 milhões, com redução de 11,4% em relação ao 6M11.

4. Perspectivas e planos da Administração para o exercício seguinte

A combinação dos estímulos provenientes de juros reduzidos e dos incentivos fiscais e creditícios adotados poderá impulsionar a economia ao longo do segundo semestre deste ano. A atividade poderá se acelerar ao longo dos próximos meses, podendo mostrar ritmo de expansão. Em que pese a maior dinâmica da economia no período, a fraqueza do primeiro semestre poderá impedir que a economia brasileira exiba crescimento superior a 2,0% em 2012.

5. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento"

A companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria "mantidos até vencimento" para os quais possua intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento.

6. Reformulações Societárias

Foi firmado em 28 de maio de 2012, pela controlada indireta Santa Cruz Participações S.A. contrato visando a aquisição da SulaCap, a quarta maior empresa de

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

capitalização do País, que avaliamos como uma excelente oportunidade para a SulAmérica, uma vez que irá incorporar ao nosso portfolio um novo segmento de mercado e de consumidores. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias pertinentes.

7. Acordo de Acionistas

A Sul América Companhia Nacional de Seguros é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
Período Social encerrado em 30 de junho de 2012

1. O Comitê de Auditoria da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia") no âmbito de suas atribuições, relativamente ao período social encerrado em 30 de junho de 2012, até a presente data:

- Reuniu-se com os responsáveis pelas auditorias interna e independente, bem como com os representantes da administração da Companhia, para, entre outras atribuições, verificar o cumprimento das recomendações do Comitê de Auditoria ("Comitê");

- Constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias independente e interna e do sistema de controles internos da Companhia;

- Verificou que a auditoria interna e o sistema de controles internos da Companhia atendem às necessidades da Companhia, não tendo identificado deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade da auditoria interna e do sistema de controles internos da Companhia;

- Com base nas informações das auditorias independente e interna, não identificou falhas no cumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e

- Revisou, previamente à divulgação, as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao período social findo em 30 de junho de 2012, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

2. O Comitê não identificou a existência ou evidência de erros ou fraudes de que trata o art. 29 da Resolução CNSP nº 118, de 22 de dezembro de 2004.

3. O Comitê verificou o atendimento ao disposto no § 4º do art. 14 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e não identificou o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2012.

Carlos José da Silva Azevedo
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Sergio Alfredo Diuana
Membro

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
CNPJ: 33.041.062/0001-09

Conselho de Administração	Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas	Presidente	
	Arthur John Kalita	Vice-Presidente	
	Marcelo Viveiros de Moura	Conselheiro	
	Kevin Martins	Conselheiro	*(conselheiro em homologação pela SUSEP)*
	Fernando Alves Meira	Conselheiro	
	Thomaz Luiz Cabral de Menezes	Conselheiro	
	Carlos Infante Santos de Castro	Conselheiro	
	Christian Frank	Conselheiro	*(conselheiro em homologação pela SUSEP)*
	Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão	Conselheiro	
Diretoria	Thomaz Luiz Cabral de Menezes	Presidente	
	Arthur Farme d'Amoed Neto	Diretor Vice-Presidente	
	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho	Diretor Vice-Presidente	
	Matias Antonio Romano de Avila	Diretor Vice-Presidente	
	Renato Bueno Terzi	Diretor Vice-Presidente	*(administrador em homologação pela SUSEP)*
	Anderson Lima de Mello	Diretor	
	André Luiz Lauzana dos Santos	Diretor	
	André Machado Caldeira	Diretor	
	Bruno Peixoto de Alencar Sardinha	Diretor	
	Carlos Alexandre Baldaque Guimarães	Diretor	
	Carolina de Molla	Diretora	
	Edison Yoshiharu Kinoshita	Diretor	
	Eduardo Stefanello Dal Ri	Diretor	
	Emil Andery	Diretor	
	Fabiane Reschke	Diretora	
	Gilson Bochernitsan	Diretor	
	José Carlos dos Santos Vieira	Diretor	
	José Fernando Conforto	Diretor	
	José Henrique Pimentel de Melo	Diretor	
	Laenio Pereira dos Santos	Diretor	
	Luciano Macedo de Lima	Diretor	
	Luis Alberto Aguado Mourão	Diretor	
	Marco Antonio Neves	Diretor	
	Vanessa Angélica Campos Pina	Diretora	
Atuário	Marcos Vinícius Spiguel Coelho de Castro	MIBA/MTPS/1.404	
Contador	Mauro Reis d'Almeida	CRC - RJ 066.620/O-7	

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Acionistas e aos Administradores da
Sul América Companhia Nacional de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

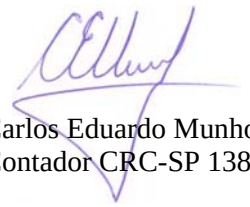
KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia Nacional de Seguros em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6 F-RJ



Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC-SP 138600/O-7-S-RJ

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2012	31/12/2011 (Reclassificado)
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		**3.192.034**	**3.150.896**
DISPONÍVEL		**51.798**	**34.094**
Caixa e Bancos	6	51.798	34.094
EQUIVALENTE DE CAIXA	**6**	**26.004**	**30.782**
APLICAÇÕES	**7**	**1.290.119**	**1.366.624**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**621.553**	**639.609**
Prêmios a Receber	8	584.438	590.513
Operações com Seguradoras		26.622	25.092
Operações com Resseguradoras	9.1	10.493	24.004
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	**11**	**295.409**	**199.794**
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	**9.2**	**401.326**	**342.405**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**179.929**	**212.040**
Títulos e Créditos a Receber		72.681	99.061
Créditos Tributários e Previdenciários	10.1	20.720	34.208
Outros Créditos	20.1	86.528	78.771
OUTROS VALORES E BENS	**12**	**52.289**	**48.810**
Bens à Venda		52.289	48.810
DESPESAS ANTECIPADAS		**24.345**	**21.935**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		**249.262**	**254.803**
Seguros	13	249.262	254.803
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.773.799**	**2.567.401**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.359.453**	**1.201.682**
APLICAÇÕES	**7**	**229.970**	**223.709**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**5.219**	**10.437**
Prêmios a Receber	8	5.150	10.300
Operações com Seguradoras		69	137
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS	**9.2**	**305.460**	**185.561**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**808.093**	**770.082**
Créditos Tributários e Previdenciários	10.1	224.759	213.749
Depósitos Judiciais e Fiscais	21	564.568	533.285
Outros Créditos Operacionais		18.766	23.048
DESPESAS ANTECIPADAS		**6.959**	**8.456**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		**3.752**	**3.437**
Seguros	13	3.752	3.437
INVESTIMENTOS		**1.331.098**	**1.287.268**
Participações Societárias	14	1.328.534	1.284.660
Imóveis Destinados à Renda		2.305	2.344
Outros Investimentos		259	264
IMOBILIZADO		**37.781**	**38.350**
Imóveis de Uso Próprio		89	92
Bens Móveis		12.501	12.534
Outras Imobilizações		25.191	25.724
INTANGÍVEL		**45.467**	**40.101**
Outros Intangíveis		45.467	40.101
TOTAL DO ATIVO		**5.965.833**	**5.718.297**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	30/06/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		**2.606.436**	**2.538.274**
CONTAS A PAGAR		**184.661**	**227.265**
Obrigações a Pagar	15.1	60.726	113.302
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		47.336	62.144
Encargos Trabalhistas		12.496	10.169
Impostos e Contribuições		14.647	5.859
Outras Contas a Pagar	15.2	49.456	35.791
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**197.146**	**204.436**
Prêmios a Restituir		7.131	6.721
Operações com Seguradoras		24.447	26.694
Operações com Resseguradoras	9.1	79.141	80.631
Corretores de Seguros e Resseguros	16.1	62.352	68.038
Outros Débitos Operacionais		24.075	22.352
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	**17**	**12.935**	**22.268**
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	**18.1**	**2.171.460**	**2.059.597**
Danos		2.169.132	2.055.998
Pessoas		2.328	3.599
OUTROS DÉBITOS		**39.858**	**24.332**
Provisões Judiciais	21	39.858	24.332
DÉBITOS DIVERSOS		**376**	**376**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.038.814**	**920.336**
CONTAS A PAGAR		**351.946**	**335.430**
Obrigações a Pagar	15.1	280.913	269.897
Tributos Diferidos	10.2	48.634	42.306
Outras Contas a Pagar	15.2	22.399	23.227
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**4.687**	**9.375**
Operações com Seguradoras		2.675	5.350
Operações com Resseguradoras	9.1	2.012	4.025
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	**18.1**	**463.481**	**355.059**
Danos		463.377	354.986
Pessoas		104	73
OUTROS DÉBITOS		**218.647**	**220.232**
Provisões Judiciais	21	218.647	220.232
DÉBITOS DIVERSOS		**53**	**240**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.320.583**	**2.259.687**
Capital Social	22.1	1.250.000	1.250.000
Reservas de Capital		(4.147)	(4.147)
Reservas de Lucros		961.610	1.006.147
Ajuste de Avaliação Patrimonial		17.068	7.687
Lucros Acumulados		96.052	
TOTAL DO PASSIVO		**5.965.833**	**5.718.297**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RUBRICA PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2012	30/06/2011
PRÊMIOS EMITIDOS		**1.313.653**	**1.268.176**
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		**38.343**	**19.135**
PRÊMIOS GANHOS		**1.351.996**	**1.287.311**
RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES	**23.2**	**75.646**	**21.079**
SINISTROS OCORRIDOS	**23.3**	**(1.075.892)**	**(936.407)**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	**23.4**	**(329.671)**	**(313.340)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	**23.5**	**(42.636)**	**(46.878)**
RESULTADO COM RESSEGURO	**23.6**	**156.041**	**99.703**
(+)RECEITAS COM RESSEGURO		239.230	176.905
(-)DESPESAS COM RESSEGURO		(83.189)	(77.202)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**23.7**	**(181.698)**	**(157.871)**
DESPESAS COM TRIBUTOS		**(25.453)**	**(26.478)**
RESULTADO FINANCEIRO	**23.8**	**95.667**	**127.794**
RESULTADO PATRIMONIAL	**14**	**82.104**	**54.758**
RESULTADO OPERACIONAL		**106.104**	**109.671**
GANHOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES		**300**	**2.812**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**106.404**	**112.483**
Imposto de Renda	**23.11**	(5.432)	(12.070)
Contribuição Social	**23.11**	(2.875)	(8.141)
Participações sobre o Resultado		(2.045)	(6.043)
LUCRO LÍQUIDO		**96.052**	**86.229**
QUANTIDADE DE AÇÕES		**409**	**409**
LUCRO POR AÇÃO		**234,85**	**210,83**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	30/06/2012	30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**96.052**	**86.229**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	**9.381**	**(4.638)**
Ganhos (Perdas) Não Realizados com Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.526	(4.025)
Imposto de Renda e Contribuição Social relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	(1.411)	1.610
Outros Resultados Abrangentes de Empresas Investidas reconhecida pelo Método de Equivalência Patrimoi	7.266	(2.223)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	**105.433**	**81.591**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Reserva de Incentivos Fiscais	Total das Reservas de Lucro	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 01/01/2011	878.134	-	-	84.172	1.059.054	71.039	7.121	1.221.386	2.271	-	2.101.791
Aumento de capital conforme AGO/E de 31/03/2011	-	371.866	-	(84.172)	(280.573)	-	(7.121)	(371.866)	-	-	-
Dividendo Adicional Proposto pago, conforme AGO/AGE de 31.03.2011	-		-	-	-	(71.039)	-	(71.039)	-	-	(71.039)
Reserva Estatutária	-	-	-	-	(2.447)	-	-	(2.447)	-	-	(2.447)
RESERVAS DE CAPITAL:											
Ágio em Transações de Capital	-	-	(4.147)	-	-	-	-	-	-	-	(4.147)
TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.638)	-	(4.638)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.229	86.229
SALDOS EM 30/06/2011	878.134	371.866	(4.147)	-	776.034	-	-	776.034	(2.367)	86.229	2.105.749
SALDOS EM 01/01/2012	1.250.000	-	(4.147)	16.006	990.141	-	-	1.006.147	7.687	-	2.259.687
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-		(44.537)	-	-	(44.537)	-	-	(44.537)
TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	9.381	-	9.381
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.052	96.052
SALDOS EM 30/06/2012	1.250.000	-	(4.147)	16.006	945.604	-	-	961.610	17.068	96.052	2.320.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	30/06/2012	30/06/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro	1.433.240	1.427.676
Recuperações de sinistros e comissões	56.328	116.178
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	133.335	107.485
Pagamentos de sinistros e comissões	(1.201.611)	(1.166.432)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(62.252)	(81.639)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(37.737)	(39.060)
Pagamentos de despesas e obrigações	(210.641)	(193.631)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(55.769)	(84.917)
Outros pagamentos operacionais	(110.325)	(70.759)
Recebimentos de juros e dividendos	44.528	12.690
Constituição de depósitos judiciais	(27.092)	(44.482)
Resgates de depósitos judiciais	3.746	2.169
Pagamentos de participações nos resultados	-	(7.800)
Caixa consumido pelas operações	**(34.250)**	**(22.522)**
Impostos e contribuições pagos	(35.631)	(73.002)
Juros pagos	(687)	(1.530)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(421.531)	(851.289)
Vendas e resgates	514.329	1.104.081
Rendimento	70.773	84.123
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**93.003**	**239.861**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(5.334)	(2.767)
Investimentos	-	(123)
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	1.851	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(3.483)**	**(2.890)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(76.501)	(200.048)
Aquisição das próprias ações	(15)	-
Outros pagamentos da atividade de financiamento	(78)	(78)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(76.594)**	**(200.126)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**12.926**	**36.845**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	**64.876**	**27.134**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE	**77.802**	**63.979**
DIMINUIÇÃO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	**(112.233)**	**(258.518)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. - -

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Contexto operacional

A **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**, denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 05/12/1895, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados "SUSEP" com seguros de danos e de pessoas e que tem como acionista principal a Sul América S.A., denominada "SASA", com 24,45% de participação direta e 75,55% indireta, através da Saepar Serviços e Participações S.A., denominada "SAEPAR". A SASA tem como principais acionistas a Sulasapar Participações S.A., com 60,04% das ações ordinárias, e a ING Insurance International B.V., com 12,91% das ações ordinárias e 32,33% das ações preferenciais.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas.

1.1. Aquisição da Sul América Capitalização S.A – SULACAP

Em 28/05/2012 a "SASA" publicou um fato relevante informando que a Sul América Santa Cruz Participações S.A., controlada indireta da Companhia, firmou contrato de compra e venda de ações com a Saspar Participações S.A. (SASPAR) visando à aquisição da totalidade da participação detida pela SASPAR no capital social da Sul América Capitalização S.A. "SULACAP", representativa de 83,27% do capital social da SULACAP, pelo preço base de R$214 milhões, podendo este valor ser incrementado em até R$71 milhões desde que satisfeitas determinadas condições previstas no contrato. A vendedora é controlada pela Sulasa Participações S.A; denominada "SULASA".
A conclusão da aquisição será submetida oportunamente à Assembleia Geral de Acionistas da SASA e estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias pertinentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados "CNSP" e pela SUSEP, vigentes na data de divulgação dessas demonstrações financeiras (intermediárias).

As demonstrações financeiras intermediárias comparativas de 31/12/2011 foram reclassificadas para atender a Circular SUSEP nº 430/2012. A única alteração ocorreu nas contas patrimoniais e refere-se à reclassificação da subconta "Outros Créditos Operacionais" para o nível de conta, removendo-a do grupo de contas "Crédito das Operações com Seguros e Resseguros". O valor em 31/12/2011 é de R$ 199.794.

A Administração da Companhia julgou que o impacto dessa reclassificação nas demonstrações financeiras em 01/01/2011 não é relevante, pois não afeta o capital circulante liquido ou o patrimônio liquido e, portanto, não é significativo para a

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

compreensão dessas demonstrações financeiras, não sendo necessária a apresentação do balanço patrimonial reclassificado para aquela data.

Em conformidade com o pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo CPC e que versa sobre às demonstrações financeiras intermediárias, o balanço patrimonial em 30/06/2012 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao último balanço anual, com database de 31/12/2011, e as demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa estão apresentadas de forma comparativa ao semestre findo em 30/06/2011.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras intermediárias em reunião realizada em 23/08/2012.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção do passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos que é apurado pelo método da Unidade de Crédito Projetada e dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo:

- Equivalentes de caixa (vide nota 6)
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Os intrumentos financeiros disponíveis para venda (vide nota 7).

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Nas demonstrações financeiras intermediárias os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- Os prêmios de seguros são reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são calculados atuarialmente;
- As comissões e agenciamento de seguros, os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

produção, custos terceiros e despesas de pessoal.) e as receitas com "custo de apólice" são registradas no ativo, na rubrica "Custos de Aquisição Diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Receita com Emissão de Apólices" para as receitas com custos de apólice e na rubrica "Custos de Aquisição", para os demais itens. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros e os agenciamentos referentes aos produtos de vida são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados em carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices.
Os custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros e as receitas com "custo de apólice" são diferidos pelo prazo médio estimado de vigência dos contratos.
As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica;

- Os sinistros são refletidos nos resultados com base na metodologia conhecida como IBNP (*Incurred But Not Paid*) que busca refletir a sinistralidade final estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência. Os sinistros incluem as indenizações e despesas estimadas a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis aos sinistros considerados individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expense* – ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros e que não são diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* – ULAE).

3.1.2. Balanço patrimonial

- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;

- As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na database das demonstrações financeiras intermediárias;

- Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos;

- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1.Classificação e mensuração

Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir:

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(a) Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Em alguns casos, títulos e valores mobiliários são classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos (vide nota 4.4.2.1) e de acordo com a gestão de riscos documentada. Trata-se do "*fair value option*".

(b) Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda

Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

(c) Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

(d) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2.2. Instrumentos financeiros derivativos

São classificados no ativo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por contratos futuros nos fundos de investimentos exclusivos, utilizados para administrar a exposição cambial de certas operações de riscos industriais e comerciais (RIC), que devido à natureza da operação, as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. São contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações efetivas reconhecidas diretamente no resultado (vide nota 5.1).

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

3.3. Investimentos

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos:

- As participações acionárias permanentes em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;

- O ágio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio Líquido.

3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros, reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo, anualmente.

A redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

A redução ao valor recuperável de créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social é estabelecida com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em orçamentos elaborados e aprovados para o período de 5 anos.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na database das demonstrações financeiras intermediárias.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

3.6. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros e resseguros

Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a database das demonstrações financeiras intermediárias.

3.6.1. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir:

(a) Provisão para prêmios não ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelo método *pro rata die*, tendo como base a divisão dos prêmios pelo número de dias de cobertura total, multiplicados pelo número de dias da cobertura do risco a decorrer, para os contratos de seguros de danos e de pessoas.

(b) Provisão para prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É calculada a partir da multiplicação da PPNG pelo fator esperado de atraso. O fator esperado de atraso é calculado com base na média ponderada histórica entre a PPNG em atraso e a PPNG emitida de acordo com a avaliação atuarial anual efetuada na data das demonstrações financeiras, para os contratos de seguro de danos. Para alguns ramos cujas vigências de riscos individuais não ultrapassam o mês seguinte e para o seguro de pessoas, aplica-se e calcula-se o fator de atraso em função do prêmio mensal emitido e não da PPNG, aplicando-se a metodologia acima descrita para o cálculo do fator esperado de atraso.

(c) Provisão complementar de prêmios (PCP)

A PCP foi instituída pelo CNSP para os contratos de seguros e está contabilizada na rubrica "Provisões Técnicas – Seguros" no passivo circulante. Para os contratos de seguro de danos, exceto para o ramo de automóveis, esta provisão é igual ao máximo entre 0 (zero) e a diferença entre a média dos valores de provisão de prêmios não ganhos apurados diariamente no mês de sua constituição e a provisão de prêmios não ganhos constituída no final do respectivo mês.

(d) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a database das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados até a database, adicionada da "ALAE". Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na metodologia conhecida como IBNP que considera a estimativa de sinistralidade ao final do período de cobertura nos

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

contratos de seguro em vigência. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como IBNR (*Incurred But Not Reported*).

Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, métodos estatístico-atuariais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses;

O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.1 item (f);

Adicionalmente à PSL, são provisionadas as despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente, denominadas ULAE. A ULAE é apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL.

(e) Provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial

As provisões de sinistros a liquidar em disputa judicial são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda, com base em fatores específicos obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses nos casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Estes fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões são atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês.

As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais" no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente.

(f) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a database das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada com base em métodos estatísticos-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

desenvolvimento mensal e/ou trimestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito tanto por quantidade de sinistros quanto por montante envolvido de sinistros, dependendo das características dos ramos dos contratos e sempre buscando uma metodologia melhor adaptável considerando a experiência histórica. Dependendo do ramo de seguros, o desenvolvimento histórico observado varia de 60 a 140 meses. Além da estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados, é adicionalmente registrado na provisão de IBNR o valor de ajuste referente ao desenvolvimento futuro de sinistros já ocorridos.

A IBNR é apurada considerando tanto as despesas diretamente alocáveis aos sinistros (ALAE), quanto outras despesas relacionadas aos sinistros, mas não diretamente alocáveis (ULAE). A ULAE da IBNR é calculada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicado a quantidade estimada de sinistros IBNR.

(g) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) – Judicial

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização.

A IBNR relacionada a sinistros judiciais é constituída, com base em métodos matemáticos, considerando o histórico de pagamento de até 60 meses, que compreendem os:

(i) Períodos médios históricos observados entre a data de negativa do sinistro e a data de cadastro da citação e, entre a data de ocorrência do sinistro e a data da citação;

(ii) Percentuais de históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial;

(iii) Valor médio dos sinistros judiciais registrados na PSL, resultando no valor médio das causas.

(h) Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)

A provisão visa cobrir possíveis insuficiências dos prêmios dos contratos em vigor ao arcar com os compromissos futuros assumidos nestes contratos. Para os contratos de seguros de danos e pessoas foi realizada uma análise através da projeção de um fluxo de caixa futuro considerando os contratos vigentes na database das demonstrações financeiras e premissas atuariais correntes. O

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os contratos foram agrupados segundo a natureza dos riscos cobertos conforme classificação definida pela SUSEP.

Em 30/06/2012 e 31/12/2011, o resultado desta análise não indicou que o valor contábil dos passivos era inferior aos fluxos de caixa futuros esperados.

3.7. Teste de adequação de passivos (liability adequacy test – LAT)

O CPC 11 requer que a Companhia emitente de contratos classificados como contratos de seguro analise a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais atuais para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. O teste de adequação dos passivos considerou todos os fluxos de caixa futuro das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na database, brutos de resseguro, e as premissas atuariais correntes até o final de vigência destas obrigações, sem considerar novos contratos e certificados. Os contratos com renovação automática tem seus fluxos de caixas considerados no teste somente até as respectivas datas de renovação destes contratos. Foram consideradas as provisões, despesas ligadas a operação e a despesa de custos de aquisição. No caso dos sinistros judiciais, os fluxos de caixa futuros foram reajustados utilizando a projeção do IPCA somados aos juros de 0,78% ao mês. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa livre de risco. Quando aplicável, deficiências são contabilizadas no resultado.

Em 04/07/2012 a SUSEP emitiu a Circular nº 446 que suspende os efeitos, na apuração das demonstrações financeiras intermediárias de 30/06/2012, da Circular SUSEP nº 410/2010, que dispõe sobre o LAT. Como a SUSEP, através da Circular nº 430/12, aprova o CPC 11 – Contrato de Seguro, a Companhia aplicou o teste de adequação de passivos nestas demonstrações financeiras intermediárias.

3.8. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações judiciais de natureza cível, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo IPCA e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela TR e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, quanto as de natureza trabalhista, são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais e com base em percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e o grupamento de ramo de seguro envolvido, quando aplicável. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões para ações judiciais estão contabilizadas nas rubricas Provisões Judiciais, no passivo circulante e não circulante, e consideram os valores atuais das mencionadas ações judiciais. Os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, não

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, e trabalhistas estão contabilizados na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis, e TR e juros de 12% ao ano para os depósitos judiciais trabalhistas, conforme legislação vigente;

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, provisionados estão contabilizados na rubrica "Contas a Pagar - Obrigações a Pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões Judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.9. Benefícios pós-emprego

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. Os ganhos e/ou perdas atuariais do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos estão sendo amortizados e reconhecidos no resultado do período pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano.

3.10. Pagamento com base em ações

A Companhia remunera administradores com ações da SASA e o plano é precificado com base no modelo *Black-Scholes* para as opções simples, para os programas de 2008 a 2010, e no modelo binominal para as opções simples e bonificadas, para os programas de 2011 e 2012. O valor justo do Plano é reconhecido pela Companhia a partir da data de outorga, na rubrica "Despesa Administrativa", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras Contas a Pagar". Periodicamente a Companhia reembolsa à SASA pela remuneração em ações, feitas à seus empregados.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

3.11. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais.

3.12. Contratos de seguro

O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas na Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 007/08.

3.13. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação.
Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Demais Créditos Tributários (vide nota 10.1.2);
- Ações Fiscais (vide nota 21.2);
- Benefícios Pós-Emprego (vide nota 24).

3.14. Normas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, ainda não entraram em vigor para o semestre findo em 30 de junho de 2012. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS citados a seguir, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada destas normas pela Companhia está condicionada a aprovação prévia pela SUSEP.

São as normas:

KPMG
RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

3.14.1. Normas revisadas

(a) IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras (*presentation of financial statements*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que tem o objetivo de reformular a apresentação de "Outros Resultados Abrangentes".

Essa revisão passará a vigorar em 01/07/2012.

(b) IAS 19 – Benefícios a empregados (*employee benefits*)

Em junho de 2011, foi finalizada a revisão da norma que foi focada basicamente em benefício pós-emprego.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

(c) IAS 28 – Investimentos em associadas (*investments in associates*)

Em maio de 2011, houve mais uma revisão desta norma para alinhamento a nova norma IFRS 11.

Essa revisão passará a vigorar em 01/01/2013.

3.14.2. Novas normas

(a) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (*financial instruments*)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013, no entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*), que colocam em dúvida se esta data é apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015.

(b) IFRS 11 – Acordos conjuntos (joint arrangements)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o princípio de que uma das partes em um acordo conjunto determina o tipo de arranjo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e contas por esses direitos e obrigações de acordo com esse tipo de arranjo comum, sendo que um arranjo comum é definido quando duas ou mais partes possuem o controle em conjunto.

Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01/01/2013.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(c) IFRS 12 – Divulgação de interesses em outras entidades (disclosure of interests in other entities)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de exigir divulgação que permita aos usuários de demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados, seus interesses em outras entidades, os efeitos desses interesses em sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Este IFRS é obrigatório para uma entidade que tem interesse em subsidiárias, acordos conjuntos (operações conjuntas ou *joint ventures*), associados e entidades estruturadas não consolidadas.

Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01/01/2013.

(d) IFRS 13 – Mensuração a valor presente (fair value measurement)

Em maio de 2011 foi emitida esta norma com o objetivo de definir "valor justo" em um IFRS específico onde divulgações sobre o valor justo são requeridas, de forma especializada.

Essa norma passará a vigorar para períodos anuais em 01/01/2013.

Exceto quanto a IFRS 9, que o impacto ainda está sendo avaliado, a Companhia analisou as novas normas e revisões e julga que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações financeiras na adoção.

4. Gestão de riscos

A gestão de riscos corporativos se concentra em cinco aspectos principais:

- Controlar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valorpara o acionista;
- Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias de alocação de capital.

Para definir as estratégias da Gestão Corporativa de Riscos, foi constituído o Comitê de Riscos Corporativos (CoR) formado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente de Controle e Relações com Investidores, Diretor de Riscos e Atuária e Vice-Presidentes das Unidades de Negócios. O CoR é um fórum colegiado, com visão integrada dos riscos a que estão sujeitas a SulAmérica, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos. O CoR tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Alinhar o apetite de risco com a estratégia da organização;
- Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital;

KPMG
REPRODUÇÃO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

- Reportar a Alta Administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;

- Aprovar os níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição, além dos contratos de resseguro.

4.1. Atribuição de responsabilidades pela gestão de riscos corporativos

O Conselho de Administração executa a importante atividade de supervisão do Gerenciamento de Riscos da Organização, mantendo-se ciente e de acordo com os níveis de tolerância a riscos definido pelo CoR. O CoR tem a responsabilidade de periodicamente, rever as estratégias globais dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para esses riscos (tolerância a risco). Os direcionamentos estabelecidos são aplicados em cada unidade de negócio (*Business Unit – BU*), que deverão apoiar a filosofia da gestão de riscos, administrando-os dentro de suas esferas de responsabilidades. Esse apoio possibilitará que os demais níveis gerenciais conheçam e utilizem essa tolerância aos riscos de acordo com as políticas e normas estabelecidas.

4.2. Sistema de controles internos e gestão de riscos corporativos

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, tem levado em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, segundo oito componentes que, inter-relacionados constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (ERM – *Enterprise Risk Management)*. O ERM pode ser percebido sob duas formas: para satisfazer as necessidades de controles internos e como um sistema completo, abrangente e integrado de gerenciamento de riscos.

Os componentes constituintes da base para a estrutura integrada de riscos estão definidos a seguir:

- Ambiente interno: Nível de conscientização e cultura da organização a respeito da necessidade do gerenciamento de riscos e controles. É a base para todos os outros componentes do gerenciamento de riscos corporativos, propiciando o método pelo qual os riscos são identificados e abordados por seus colaboradores. Compreende a integridade e os valores éticos, as práticas de conduta, estrutura organizacional, aspectos de governança, atribuição de responsabilidades e políticas de recursos humanos. Reflete as atitudes da administração, cuidados e ações relacionadas à estabilidade e a boa execução dos processos organizacionais.

- Definição de objetivos: O processo que define as estratégias deve permitir que estes se dêem de forma integrada à missão e a visão da SulAmérica, a partir do estabelecimento de objetivos ajustados ao apetite de risco, o qual direciona os níveis de tolerância aos riscos.

- Identificação de eventos: Os eventos externos e internos que possam afetar o cumprimento dos objetivos devem ser identificados como riscos ou oportunidades.

- Avaliação dos riscos: A avaliação dos riscos relevantes se dá sob duas perspectivas: quantitativa e/ou qualitativa. No enfoque quantitativo, são utilizados

PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

modelos para avaliação das eventuais perdas esperadas e inesperadas. Pelo enfoque qualitativo, os riscos são avaliados com base no eventual impacto e na probabilidade para indicar o grau de exposição ao risco para o alcance dos objetivos.

- Resposta ao risco: No processo de gestão de riscos devem ser identificadas e avaliadas as opções de respostas ao risco (evitar, aceitar, mitigar, compartilhar ou transferir) implementando ações para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite de risco, mantendo-os em níveis aceitáveis.

- Atividades de controle: Políticas e procedimentos internos devem ser definidos e implementados pela Alta Administração, para ajudar e garantir que as respostas aos riscos foram corretamente realizadas, de forma que os objetivos estratégicos e operacionais sejam alcançados. A avaliação do melhor tipo de controle deve pressupor os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das operações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas.

- Informação e comunicação: A Comunicação deve ser eficaz, ocorrendo de forma que todas as atividades possam ser abrangidas. As informações relevantes devem ser identificadas, coletadas na forma e nos prazos necessários para que todos executem suas tarefas correta e tempestivamente. Os riscos e não conformidades devem ser reportados adequadamente para formulação de planos de ação.

- Monitoramento: A gestão de riscos corporativos deve ser monitorada através de atividades gerenciais contínuas e em âmbito corporativo por avaliações independentes, por auditorias internas ou externas (periódicas ou especiais) e os pontos identificados de não conformidade comunicados à Alta Administração.

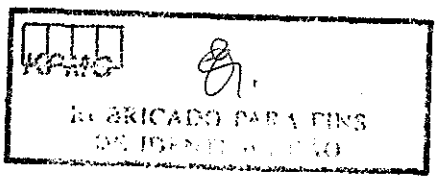
4.3. Concentração das operações

A Companhia possui operações em todo o território nacional. As linhas de produtos estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

Ramos	30/06/2012						30/06/2011					
	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Total	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Total
Residencial	49,69%	1,17%	5,47%	2,94%	40,73%	**100%**	48,85%	1,79%	6,96%	2,39%	40,01%	**100%**
Condominial	63,34%	2,57%	9,87%	4,64%	19,57%	**100%**	63,56%	2,50%	9,18%	5,03%	19,73%	**100%**
Empresarial	71,25%	0,77%	6,91%	2,88%	18,19%	**100%**	69,48%	0,96%	7,07%	2,35%	20,13%	**100%**
Patrimonial Demais	65,23%	1,66%	11,89%	5,87%	15,35%	**100%**	69,88%	2,06%	10,90%	4,79%	12,36%	**100%**
Riscos Especiais	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100%**	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**0%**
Responsabilidades	91,95%	0,21%	2,43%	0,82%	4,58%	**100%**	88,52%	0,30%	2,68%	0,45%	8,04%	**100%**
Cascos	96,44%	0,00%	0,25%	0,00%	3,31%	**100%**	98,66%	0,00%	0,00%	0,00%	1,34%	**100%**
Automóvel	61,11%	1,76%	12,03%	6,37%	18,72%	**100%**	60,07%	2,26%	13,28%	6,37%	18,02%	**100%**
Transporte Nacional	68,10%	0,06%	6,08%	0,61%	25,13%	**100%**	59,38%	0,26%	8,54%	3,60%	28,22%	**100%**
Transportes Demais	81,35%	-0,05%	1,62%	0,14%	16,94%	**100%**	88,30%	0,02%	1,13%	2,24%	8,31%	**100%**
Riscos Financeiros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**0%**	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	**100%**
Habitacional	4,93%	0,00%	0,00%	85,62%	9,45%	**100%**	15,66%	0,00%	0,00%	55,13%	29,22%	**100%**
Outros	59,39%	4,43%	4,25%	1,84%	30,08%	**100%**	91,42%	0,29%	2,40%	2,12%	3,77%	**100%**

4.4. Descrição dos riscos e gestão dos riscos nas operações

O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Subscrição, Operacional, Estratégico e Legal e *Compliance*.



4.4.1. Risco de crédito

É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, e ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas.

4.4.1.1. Aplicações financeiras

(a) Política de investimentos

No gerenciamento do risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um Comitê de Crédito (CoC). Estes limites são refletidos em Mandatos de Investimento, documento que formaliza a delegação de alçadas aos gestores. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área financeira.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito não restringem alocações em títulos públicos federais, mas não permitem investimentos em títulos públicos estaduais e municipais.

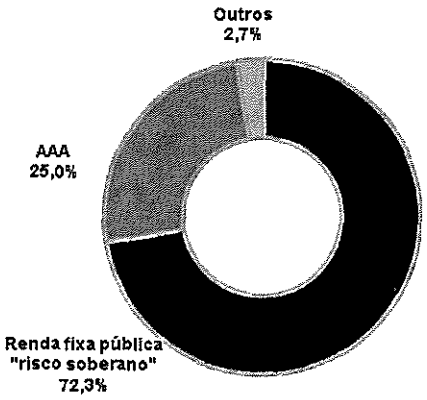
Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um "*Score*" ("*rating*" interno). Com base no "*Score*" obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira.

Os limites de exposição são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela empresa gestora dos investimentos (vide nota 4.4.2.1) e pela área financeira. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos Mandatos de Investimentos deve ser aprovada pelo CoC.

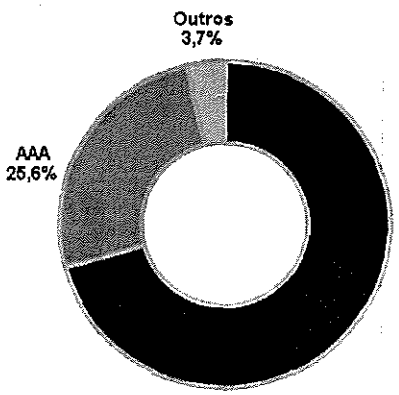
Os gráficos a seguir apresentam a distribuição dos investimentos por *rating*, onde 97,3% do total de aplicações financeiras em 30/06/2012 (96,3% em 31/12/2011), contemplando as operações compromissadas, que para fins de divulgação das demonstrações financeiras está apresentada na rubrica "Equivalente de Caixa", estão alocados nas classes AAA ou risco soberano (títulos públicos).

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Investimento por rating
R$1,5 bilhão em 30/06/2012 e R$1,6 bilhão em 31/12/2011



30/06/2012



31/12/2011

4.4.1.2. Operações de resseguro

Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: Cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por *rating* e limite de crédito por ressegurador.

A aceitação de qualquer contrato de resseguro segue as normas internas definidas pelo CoR. A aprovação do contrato deve ser feita pelo CoR e qualquer exceção a política ao que se refere a riscos de crédito, deverá ser tratada como uma solicitação especial a ser enviada para a análise do Comitê ou a quem esse Comitê delegar a autoridade da decisão.

Para o acompanhamento do risco de crédito de resseguro, mensalmente são produzidos relatórios com uma listagem indicando a exposição de risco de crédito dos resseguradores que já estejam operando e a exposição adicional que poderá ser colocada, conforme definido nas normas para colocação de resseguro. O CoR pode solicitar a qualquer momento mudanças estratégicas na exposição ao risco de crédito em consequência da análise destes relatórios.

A exposição total a risco de crédito de operações de resseguro considera além dos ativos de resseguro, todo e qualquer valor que possa impactar a Compania em caso de falência do ressegurador, como por exemplo, o capital regulatório de subscrição adicional que a SulAmérica deveria constituir caso os resseguradores não honrassem as suas obrigações. A exposição em 30/06/2012 é de R$884 milhões (R$678 milhões em 31/12/2011), concentrada em empresas com rating AA e IRB Brasil RE, que apesar de ter sido recentemente classificado como rating A-, aparece destacado nas informações a seguir por se tratar da maior concentração da exposição na companhia.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

Ramos	30/06/2012	31/12/2011
Automóvel	363	346
Cascos	56.696	40.622
Condominial	10.148	8.213
Empresarial	29.324	27.598
Habitacional	3.893	1.871
Patrimonial Demais	535.235	370.102
Previdência	0	45
Residencial	4	4
Responsabilidades	99.471	89.141
Riscos Especiais	6.734	16.909
Riscos Financeiros	45.507	31.502
Transporte Nacional	7.696	7.417
Transportes Demais	88.138	83.791
Outros	1.104	915
Total	**884.313**	**678.476**

Classe	Categoria de Risco	30/06/2012		31/12/2011	
		Exposição	%	Exposição	%
Local	IRB	725.092	82,0%	484.969	71,5%
Local	-	31.953	3,6%	44.938	6,6%
Eventual	A-	1.634	0,2%	1.792	0,3%
Eventual	A	842	0,1%	2.875	0,4%
Eventual	A+	6.814	0,8%	6.627	1,0%
Eventual	AA-	65.089	7,4%	73.236	10,8%
Admitido	A-	194	0,0%	134	0,0%
Admitido	A	3	0,0%	3.290	0,5%
Admitido	A+	14.435	1,6%	7.086	1,0%
Admitido	AA-	37.614	4,2%	53.477	7,9%
Admitido	AA	643	0,1%	52	0,0%
Total		**884.313**		**678.476**	

4.4.2. Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações, *commodities*, etc.), causada por fatores adversos.

Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros, risco de liquidez, risco em câmbio, risco de derivativos, risco em ações e risco de inflação.

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

- Processo de gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management)* monitorado regularmente pelo ALCO (*Assets and Liabilities Committee*);

- Elaboração de Mandatos de Investimentos estabelecidos, onde são considerados os seguintes aspectos: perfil do negócio de cada entidade legal, estudos atuariais e aspectos de liquidez;

- Instrumentos derivativos para diminuir os impactos da taxa de juros;

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

- Limites máximos de *VaR* (*Value at Risk*) e análises de cenários alternativos conhecidos como "*stress testing*";

- Análises de fluxo de caixa projetado e revisão das obrigações assumidas e instrumentos financeiros utilizados para mitigação e monitoramento do risco de liquidez;

- Análises e monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras.

4.4.2.1. O processo de gerenciamento de ativos e passivos na organização (ALM)

A gestão dos investimentos é, substancialmente, feita através da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI). Em 30/06/2012 apenas 0,52% (0,97% em 31/12/2011)do total da carteira de investimentos não é gerenciado pela SAMI.

Desde 2003, o ALM é utilizado pela Companhia como uma das principais ferramentas para determinar os parâmetros das alocações de seus investimentos. O ALCO foi formado para a discussão do assunto. Desde então, de acordo com as diretrizes definidas pelo Comitê, e seguindo as políticas descritas em Mandatos de Investimentos (atualizados periodicamente), os administradores de recursos alocam os ativos financeiros em investimentos definidos como base no comportamento dos passivos. Estes Mandatos de Investimentos refletem pontos importantes para a gestão adequada dos recursos, tal como a política de investimentos, limites de composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação, descrição dos produtos e dos passivos, restrições impostas pelo estudo de ALM dentre outros aspectos.

De uma forma geral, a política de investimentos tem como objetivo estabelecer um grau de alinhamento entre um mínimo de liquidez necessária para a SulAmérica e diretrizes de investimentos que otimizem a rentabilidade dos ativos, levando em consideração as características dos passivos de cada um dos negócios.

Desta forma, os limites e *benchmarks* estabelecidos visam minimizar os riscos financeiros de descasamento entre ativos e passivos envolvidos no processo de investimentos dos recursos, bem como tornar eficiente a alocação dos ativos. Para que a gestão dos ativos seja eficiente, os recursos financeiros estão alocados em três carteiras:

(i) Liquidez;

(ii) Operacional; e

(iii) Capital - de acordo com a sua natureza e objetivos.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Todas as três carteiras possuem:

- *Benchmarks* definidos individualmente;
- Revisão e rebalanceamento individual periódico;
- Diferentes prioridades de alocação;
- Políticas de investimentos individuais; e
- Limites de risco individual.

As carteiras são definidas da seguinte forma:

(a) Carteira de liquidez

O objetivo da carteira de liquidez é estabelecer uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve dos bancos).

Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando desta forma o risco de liquidez.

(b) Carteira operacional

O objetivo da carteira operacional é alocar os investimentos financeiros mobiliários vinculados à SUSEP, destinados a proteção dos passivos operacionais da Companhia.

Os investimentos destinados a carteira operacional são alocados não só visando maximizar a rentabilidade dos ativos, mas também mitigar os riscos de descasamento entre os ativos e passivos da Companhia. Desta forma, não se espera necessariamente o maior retorno possível para esta carteira de investimentos, mas sim um balanceamento entre risco, retorno, casamentos de fluxos de caixa entre ativos e passivos e a obtenção de investimentos eficientes, levando em consideração os compromissos assumidos pela Companhia.

(c) Carteira de capital

A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez ou operacional.

Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(d) Acompanhamento do ALM e risco de mercado

Mensalmente, são emitidos relatórios gerenciais contendo informações sobre as alocações nas carteiras de investimentos. Estes relatórios permitem a área financeira e de gestão de riscos um acompanhamento periódico dos investimentos. Além disso, em reunião mensal os gestores dos investimentos discutem os tópicos relevantes sobre os resultados de investimentos do mês, cenários econômicos internacionais e nacionais, além dos pontos julgados relevantes na data, no que diz respeito aos riscos de mercado envolvidos nas operações de investimentos.

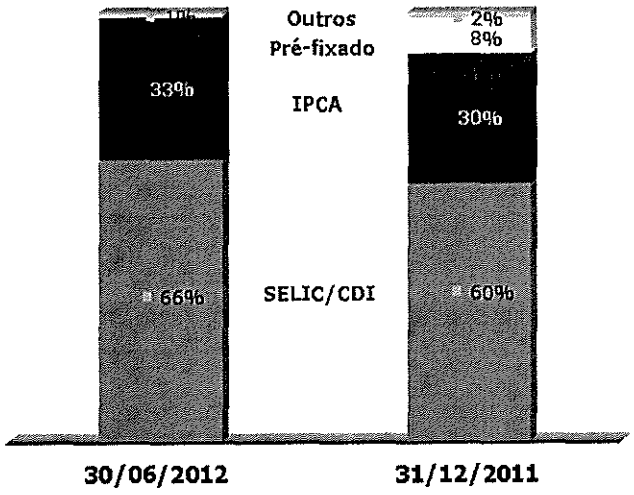
Periodicamente, o ALCO se reúne com o objetivo de corroborar ou modificar as alocações definidas nos Mandatos de Investimentos. São apresentadas no comitê, análises sobre os passivos e os ativos, levando em consideração os riscos de mercado envolvidos no processo.

4.4.2.2. Risco da taxa de juros

A metodologia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR Paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios diários com informações sobre o VaR, além de análises mensais sobre os investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança.

Em decorrência dos riscos analisados no processo de ALM realizado pela Companhia, está demonstrada a seguir a distribuição dos seus investimentos por indexador em 30/06/2012 e em 30/06/2011, contemplando as operações compromissadas dos fundos de investimentos exclusivos.

Investimento por indexador
R$1,5 bilhão em 30/06/2012 e R$1,6 bilhão em 31/12/2011



KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

4.4.2.3. Risco cambial

A política da Companhia não permite a exposição cambial, exceto com o objetivo de *hedge*, utilizado para proteger certas operações de ramos elementares, que devido a natureza da operação as apólices precisam ser feitas em moeda estrangeira. O monitoramento dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras é feito com o objetivo de reduzir o efeito líquido do impacto das oscilações da taxa de câmbio no resultado. O risco cambial não é representativo para títulos e valores mobiliários.

Os saldos ativos em dólares norte-americanos, em 30/06/2012, montam US$79,149 mil (US$73,455 mil em 31/12/2011) e os saldos passivos montam US$ 81,355 mil (US$76,541 mil em 31/12/2011).

4.4.2.4. Risco de renda variável

A Companhia não detém qualquer participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas. A posição de renda variável está alocada na carteira de capital no valor de R$135 (R$21 milhões em 31/12/2011) com Mandato de Investimento próprio.

4.4.2.5. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. Além das análises de ALM, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota 4.4.2.1, item (a), é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. Estes investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo.

A seguir, tabela com as aplicações financeiras por idade de vencimento:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total 30/06/2012	Total 31/12/2011
Até 2 anos ou sem vencimento	34.624	560.861	139.934	735.419	908.947
De 2 a 5 anos	3.599	315.100	220.274	538.973	388.684
De 5 a 10 anos	5.738	209.282	-	215.020	269.369
Acima de 10 anos	-	10.867	5.273	16.140	15.756
Valor de custo mais rendimentos	**43.961**	**1.096.110**	**365.481**	**1.505.552**	**1.582.756**
Valor de mercado	**44.420**	**1.105.844**	**383.988**	**1.534.252**	**1.595.375**
Ganhos (perdas)	**459**	**9.734**	**18.507**	**28.700**	**12.619**

4.4.2.6. Risco da inflação

Os estudos de ALM realizados pelo ALCO identificaram que parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros é indexada a

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

inflação, além das causas judiciais que por determinação legal estão sujeitos à correção monetária por índices de inflação. Desta forma, para fazer frente ao risco dos passivos, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários.

Em 30/06/2012, a Companhia registrou aproximadamente R$516 milhões (R$489 milhões em 31/12/2011) de ativos indexados a inflação. Vale ressaltar que apesar dos produtos de seguros comercializados serem de curto prazo (na maioria dos casos com vigências anuais), as responsabilidades originárias desses contratos nem sempre são de curto prazo, principalmente aquelas relacionadas a causas judiciais. Em função disso, os ativos são alocados em diversos vencimentos.

4.4.2.7. Instrumentos financeiros derivativos

As políticas de investimento em vigor permitem a alocação de recursos na contratação de operações com derivativos, desde que pré-definidas e aprovadas pela Administração.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos na SulAmérica obedece as normas específicas sobre o tema que dispõem sobre os critérios para a realização de investimentos.

Os instrumentos financeiros derivativos - *swaps* e contratos futuros (que podem ser mantidos também através de fundos de investimento exclusivos) são utilizados para administrar a exposição em relação às variações cambiais e à flutuação das taxas de juros.

4.4.3. Risco de subscrição

Oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes nas premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.

O risco de subscrição pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco no valor do sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões.

(a) Uso de modelos internos

A Companhia dispõe de modelos internos atuariais que possuem o objetivo de apurar o Capital Econômico devido aos riscos de subscrição. Estes modelos apuram o valor em risco para cada ramo de negócio e permite uma gestão mais eficaz do risco, já que possibilita quantificar ganhos e perdas na adoção de novos planos de ações para o controle e mitigação dos riscos de subscrição, dando desta forma suporte a tomada de decisão.

Os modelos internos produzem resultados estocásticos para avaliar o risco de subscrição e são estruturados de forma a mensurar tanto o risco de precificação quanto o risco de desvios na constituição das provisões técnicas.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(b) Risco de subscrição, precificação, definição dos produtos, retenção líquida e risco moral

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Companhia realiza periodicamente Procedimentos de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP) com o objetivo de rever os seguintes aspectos sobre os produtos comercializados:

- Definições do produto: análise do escopo do produto e das garantias oferecidas aos segurados bem como o público-alvo das vendas;

- Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes. Análise de possíveis impactos em outros produtos existentes na Companhia;

- Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

- Precificação *(pricing)*: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas dos acionistas. Para isso, projeta-se o fluxo de caixa das apólices, simulando todo o fluxo financeiro. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa definida para o produto e as fontes geradoras de lucros e perdas;

- Outros: o PARP aborda ainda análises sobre os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude, lavagem de dinheiro e sustentabilidade;

- Após a análise de todos os pontos descritos acima, são definidos (se necessário) planos de ações para adequação do produto às expectativas da Companhia.

O PARP também se aplica quando do lançamento de novos produtos, alterações de produtos existentes ou realizações de parcerias. Periodicamente o acompanhamento do desempenho dos produtos e parcerias é apresentado ao comitê de riscos. Caso necessário, são adotados planos de ações para adequação dos produtos e parcerias aos objetivos da Companhia.

(c) Análise de sensibilidade dos negócios de seguro

A tabela abaixo apresenta o impacto antes de impostos no resultado, por ramo de atuação, caso haja uma variação na sinistralidade, despesas administrativas ou custos de comercialização:

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Premissas	30/06/2012 AUTO Bruto de Resseguro	AUTO Líquido de Resseguro	RIC* Bruto de Resseguro	RIC* Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade	(10.492)	(10.492)	(2.175)	(1.456)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(1.733)	(1.733)	(290)	(290)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(2.183)	(2.183)	(276)	(276)

Premissas	30/06/2011 AUTO Bruto de Resseguro	AUTO Líquido de Resseguro	RIC* Bruto de Resseguro	RIC* Líquido de Resseguro
Aumento de 1% na sinistralidade	(9.939)	(9.939)	(2.231)	(1.495)
Aumento de 1% nas despesas administrativas	(1.628)	(1.628)	(231)	(231)
Aumento de 1% nos custos de comercialização	(2.309)	(2.309)	(358)	(358)

*** RIC: Riscos Industriais e Comerciais**

(d) Risco na provisão

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade da Companhia.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão, a Companhia possuí os seguintes procedimentos:

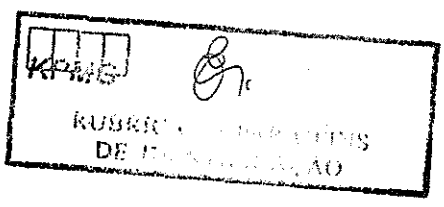
- Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões: Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias e premissas utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento é realizado no mínimo anualmente;

- Recálculo das provisões técnicas: Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente;

- Acompanhamento da variação das provisões técnicas: Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões e reservas para acompanhamento da sua adequação;

- Controle estatístico de qualidade: Mensalmente são utilizados modelos de séries temporais a fim de capturar modificação nos padrões das principais variáveis contidas nas metodologias de cálculo das provisões técnicas.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, nas premissas e na tomada de decisão. Estes pontos favorecem a manutenção da adequação das provisões técnicas.



A seguir, a tabela que reflete a evolução das provisões de sinistros nos últimos exercícios:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	R$Milhões Total
Reserva de sinistros contabilizada	**299,45**	**478,43**	**476,72**	**565,61**	**647,25**	**544,03**	**614,55**	**623,56**	**4.249,60**
Efeito do desconto financeiro	**(5,19)**	**(4,63)**	**(4,84)**	**(6,33)**	**(22,41)**	**(16,36)**	**(22,60)**	**(16,40)**	**(98,76)**
Reserva de sinistros sem desconto financeiro	**304,64**	**483,06**	**481,56**	**571,94**	**669,66**	**560,39**	**637,15**	**639,96**	**4.348,36**
Estimativa de sinistros acumulada:									
No final do ano	300,96	478,33	477,73	572,19	670,08	562,15	638,59	639,96	
Um ano depois	373,21	606,38	494,48	585,75	687,42	616,24	547,55	-	
Dois anos depois	440,74	602,18	438,08	596,50	714,16	569,67	-	-	
Três anos depois	466,89	555,48	460,28	633,69	663,99	-	-	-	
Quatro anos depois	378,51	567,93	496,24	579,83	-	-	-	-	
Cinco anos depois	387,93	566,99	455,13	-	-	-	-	-	
Seis anos depois	407,63	562,73	-	-	-	-	-	-	
Sete anos depois	393,15	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa de sinistros acumulada até 2012	**393,15**	**562,73**	**455,13**	**579,83**	**663,99**	**569,67**	**547,55**	**639,96**	**4.412,01**
Pagamentos acumulados até 2012	**386,56**	**230,62**	**435,76**	**538,70**	**604,11**	**491,81**	**374,47**	**-**	**3.062,03**
Responsabilidade reconhecida em 2012	**6,59**	**10,03**	**2,76**	**21,76**	**18,75**	**17,99**	**95,22**	**466,87**	**639,97**
Desconto financeiro reconhecido em 2012	**(0,04)**	**(0,23)**	**(0,51)**	**(1,10)**	**(2,00)**	**(1,10)**	**(6,04)**	**(5,38)**	**(16,40)**
Impacto de anos anteriores na reserva de 2012									**25,99%**

Esta tabela não considera os sinistros judiciais de R$ 718.658.

(e) Contratos de resseguro

O risco de subscrição pode ser mitigado via contratos com resseguradores. Em 30/06/2012, a Companhia possui diversos contratos vigentes com diversos resseguradores visando otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, bem como mitigar possíveis perdas caso estes contratos não existissem, como mostra a tabela abaixo com a distribuição dos prêmios cedidos de resseguros:

			30/06/2012
	Prêmios de seguro	**Prêmios de resseguro**	**Resseguro %**
Automóvel	979.213	(6)	0,00%
Cascos	25.786	(8.867)	34,39%
Condominial	19.823	(5.280)	26,64%
Empresarial	16.668	(4.894)	29,36%
Habitacional	49.878	(9.796)	19,64%
Patrimonial Demais	147.159	(11.914)	8,10%
Residencial	11.532	(373)	3,23%
Responsabilidades	12.893	(5.870)	45,53%
Riscos Especiais	7.400	(4.752)	64,22%
Riscos Financeiros	(112)	81	72,32%
Transporte Nacional	32.702	(1.518)	4,64%
Transportes Demais	9.696	(988)	10,19%
Outros	6.422	(448)	6,98%
Subtotal	**1.319.060**	**(54.625)**	**4,14%**
Prêmios Cedidos em Cosseguros e de Retrocessão	(5.407)	-	
Total	**1.313.653**	**(54.625)**	**4,14%**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

	30/06/2011		
	Prêmios de seguro	Prêmios de resseguro	Resseguro %
Automóvel	951.248	(10)	0,00%
Cascos	19.553	(5.708)	29,19%
Condominial	15.092	(3.931)	26,05%
Empresarial	18.157	(13.235)	72,89%
Habitacional	13.281	(2.748)	20,69%
Patrimonial Demais	165.394	(24.282)	14,68%
Residencial	10.117	(244)	2,41%
Responsabilidades	10.857	(2.831)	26,08%
Riscos Especiais	4.340	(2.978)	68,62%
Riscos Financeiros	1.402	(965)	68,83%
Transporte Nacional	48.097	(1.181)	2,46%
Transportes Demais	11.941	(1.195)	10,01%
Outros	4.929	(861)	17,47%
Subtotal	**1.274.408**	**(60.169)**	**4,72%**
Prêmios Cedidos em Cosseguros e de Retrocessão	(6.232)	-	
Total	**1.268.176**	**(60.169)**	**4,72%**

As decisões sobre a contratação do resseguro e a manutenção e revisão dos contratos são sempre aprovadas pelo CoR.

A seguir o resumo das principais coberturas de resseguro contratadas, vigentes em 30/06/2012:

- Excesso de danos para catástrofes em ramos elementares;
- Excesso de danos e excedente de responsabilidade para ramos elementares;
- Quota-parte em ramos elementares.

4.4.4. Risco operacional

O risco operacional pode ser definido como o risco de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou de eventos externos. Mais especificamente, pode ser entendido como:

- Risco de fraudes internas: Comportamentos fraudulentos e/ou criminosos com intenção de obter ganhos pessoais e/ou subtrair a propriedade alheia em benefícios próprios ou da Companhia;
- Fraudes externas: Pessoas que não são funcionários exercerem atividades irregulares em benefício próprio;
- Relações trabalhistas: Decisões judiciais por práticas incompatíveis com leis e/ou acordos trabalhistas, nocivas à saúde e/ou segurança dos funcionários ou por discriminação e/ou diferenciação no tratamento;
- Falhas de sistemas: Impossibilidade de obter informações devido à falha de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas;

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

- Execução e gestão de processos: Disponibilidade, registro de informações inválidas, incompletas ou de maneira intempestiva a entidades externas, órgãos reguladores, acionistas e investidores;

- Práticas comerciais inadequadas: Falta de cumprimento de padrões éticos e comportamentais estabelecidos e práticas inadequadas do pessoal de vendas. Orientação e/ou consultoria inadequada a clientes que leve a falsas expectativas com relação aos produtos e serviços prestados;

- Danos a ativos: Desastres naturais e outros eventos que ocasionam perdas físicas aos ativos;

- Interrupção das atividades: Impossibilidade de sustentar as operações, prover serviços essenciais ou recuperar custos operacionais decorrentes de desastres controláveis ou não.

(a) Fraudes

As fraudes são riscos operacionais inerentes ao negócio. A SulAmérica conta com canais específicos de comunicação e uma área totalmente dedicada à prevenção das fraudes e desenvolvimento de políticas de prevenção a fraudes, além de treinamentos contínuos para os seus funcionários.

(b) Gestão dos riscos operacionais

Além de sistema com informações granulares sobre processos e riscos operacionais, a Companhia vem estruturando um novo framework para gestão destes riscos, onde foi mapeada toda a cadeia de valor da organização totalizando 86 macroprocessos, com aproximadamente 735 processos, 923 riscos e 1243 controles. Toda a documentação foi elaborada em *software* específico para gestão de processos (ARIS). Para isso foi desenvolvida uma arquitetura de processos e uma metodologia próprias. Cada risco e controle trazem informações qualitativas e quantitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com níveis de risco e ainda a identificação de possíveis planos de ação para mitigação de possíveis perdas operacionais.

A gestão dos riscos operacionais conta com novas definições e visões do negócio e tem por objetivo alinhar nossas práticas com as melhores práticas internacionais indicadas em Basiléia II e Solvência II, como segue:

- Abertura do dicionário de riscos operacionais: Visando criar uma linguagem de riscos padronizada na organização, foi elaborado um dicionário composto por 8 categorias de riscos. Estas categorias foram consideradas como riscos primários e foram criadas novas classes de risco (riscos secundários e riscos terciários), totalizando 180 classificações. As classificações tem o objetivo de alinhamento ao que é determinado internacionalmente como melhores práticas internacionais (de acordo com COSO e Basiléia). A abertura do dicionário de riscos operacionais tem o objetivo de proporcionar

KPMG
RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

uma melhor identificação dos riscos na operação, com consequente melhoria na gestão;

- Mapeamento em macro processos:. Os 86 macroprocessos foram classificados em 3 categorias; Estratégicos, Fundamentais e Suporte. Este formato tem o objetivo de proporcionar análises globais, por unidade de negócio, por tipo de risco, etc. Tornando mais eficiente a gestão dos riscos operacionais entre os negócios da SulAmérica;

- Construção de uma base de perdas: Foi iniciada a construção de uma Base de Perdas, a partir da identificação das informações disponíveis nos bancos de dados de cada unidade de negócio/apoio, que servirão como fontes de perdas operacionais. Estes registros permitirão obter informações observadas (não subjetivas) sobre as perdas que de fato ocorreram para cada macro processo e qual a causa do risco, possibilitando desta forma a criação de planos de ações efetivos e direcionados para a solução dos problemas. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos macro processos, tem o objetivo de proporcionar no futuro o cálculo do capital necessário (VaR) para suportar perdas operacionais;

- *Software* para gestão do risco operacional: Encontra-se em produção um *software* customizado para os negócios da SulAmérica visando tratamento dos riscos operacionais. Este nova ferramenta (AudiXpress) é atualizada automaticamente a partir de informações mapeadas no sistema de Gestão de Processos (ARIS) e da Bases de Perdas. O objetivo é permitir análises qualitativas e quantitativas, incluindo cálculos estocásticos.

O risco de continuidade de negócios é mitigado através de um plano de ação tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prever o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise evitando e minimizando perdas financeiras para a SulAmérica e seus segurados.

4.4.5. Risco estratégico

É o risco de perdas resultantes de processos ou tomada de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser entendido também como:

- Risco de planejamento: Elaboração do planejamento estratégico e/ou orçamento com base em premissas e/ou medidas de desempenhos inadequados à realidade da SulAmérica;

- Recursos humanos: Procedimentos executados por pessoas sem habilidade, treinamento ou experiência suficientes para atingir os objetivos da instituição. Dependência de pessoas-chave;

- Indicadores de metas: Avaliação inadequada de desempenho;

- Custo de oportunidade: Redução ao valor econômico de recursos financeiros devido à perda de valor do dinheiro no tempo, descasamento do fluxo de caixa ou retorno de investimento

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

insuficiente em relação a outras alternativas que ofereçam o mesmo grau de risco;

- Concorrência: Ação de concorrentes afetando adversamente o posicionamento da SulAmérica no mercado;

- Preço: Incompatibilidade dos preços definidos nas transações de compra e/ou venda com os praticados pelo mercado;

- Comunicação: Falta de transparência, exatidão e clareza das informações relativas às operações da Companhia.

(a) Gestão do risco estratégico

A SulAmérica possui um Comitê de Avaliação de Planos de Ação (COPA), com participação de sua Alta Administração, com reuniões mensais para avaliar e aprovar todo e qualquer plano de ação proposto, por qualquer unidade de negócio, que implique em investimentos ou despesas adicionais as orçadas previamente. Estes investimentos e despesas devem ser aprovados de acordo com o orçamento do COPA aprovado para o ano. O COPA também possui como atribuições:

- Garantir que o orçamento para o plano de ação seja cumprido;

- Priorizar os planos de ação, quando o orçamento for insuficiente para a execução de todas as propostas;

- Garantir que os planos de ação sejam avaliados e aprovados de acordo com critérios objetivos e previamente estabelecidos;

- Garantir que os planos de ação estejam de acordo com os objetivos da empresa;

- Avaliar os resultados dos planos de ação aprovados, determinando a sua interrupção caso os resultados alcançados estejam em desacordo com as projeções.

O custo de capital utilizado nos projetos segue a metodologia de cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) e os valores das premissas são revisados anualmente, no processo de construção do plano de orçamento plurianual ou mais frequentemente caso o comitê corporativo julgue necessário.

Adicionalmente, para assegurar que os objetivos determinados no planejamento estratégico sejam alcançados, foi adotado pela SulAmérica um modelo de gestão – o *Balanced ScoreCard* (BSC) – que traduz a estratégia utilizando perspectivas, objetivos, indicadores e metas. Este modelo visa acompanhar no curto prazo o direcionamento do negócio no longo prazo, permitindo assim antecipar possíveis distorções de rumo. Além disso, o BSC procura tornar a comunicação da estratégia mais clara para toda a organização, a partir do momento que todos os colaboradores sabem quais as metas a serem conquistadas.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Anualmente, a SulAmérica estabelece o Plano de Orçamento Plurianual (POP) com o orçamento para cada unidade de negócio para os próximos 3 anos. O POP permite uma comunicação clara entre as metas definidas pelos acionistas e a Alta Administração, alinhando desta forma o apetite de risco da Companhia. O orçamento é acompanhado periodicamente durante o ano e as estratégias mantidas ou redefinidas de acordo com os acontecimentos.

4.4.6. Risco legal e *compliance*

É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como:

(i) Risco com órgãos reguladores;

(ii) Risco de atividades em desacordo com políticas internas;

(iii) Risco de lavagem de dinheiro;

(iv) Risco de reputação; e

(v) Risco de contratos.

4.4.6.1. Gestão do risco legal

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização junto com seus prestadores de serviço realiza a revisão nos contratos de seguros a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica contribui ativamente com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais em nossas operações.

4.4.6.2. Gestão do risco de *compliance*

(a) Auto-avaliação de controles internos

A SulAmérica instituiu uma estrutura de *compliance* e a figura dos gestores *compliance*, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação.

Os gestores *compliance* têm por função disseminar a metodologia e as determinações de *compliance* em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação.

O processo de auto-avaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo duas vezes ao ano.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(b) Documentação eletrônica

A SulAmérica possui documentação eletrônica (DocNix) referente à política e procedimentos dos processos da organização, manuais de estrutura organizacional e resoluções da diretoria executiva. A documentação eletrônica permite informações sempre atualizadas e consultas de forma ágil e segura. A lista de distribuição de cada um dos documentos é indicada pela área responsável (emissor) e, em alguns casos, poderá ter acesso restrito a alguns departamentos da Companhia.

(c) Auditoria interna

Responsável por planejar e coordenar os trabalhos de auditoria preventiva (operacional e sistemas). Certifica a existência de adequados controles internos operacionais e sistêmicos que permitem a identificação e gerenciamento dos riscos presentes no cotidiano da SulAmérica, bem como a aderência às normas e à legislação em vigor.

4.5. Gestão do capital

A Companhia apura mensalmente a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante o primeiro semestre de 2012, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelo regulador.

Conforme citado nos itens anteriores, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para cada tipo de risco, observando desta forma independente do capital regulatório sua própria estimativa de capital baseado em riscos. A utilização dos modelos internos é fundamental em um ambiente de gestão de riscos.

Atualmente, a Companhia possui modelos internos estocásticos para mensuração do capital econômico devido para cada um de seus negócios e riscos. Desta forma, estima-se o capital econômico para que a solvência da Companhia seja assegurada para um determinado nível de confiança. Os modelos internos consideram correlações entre os negócios da Companhia além de possíveis efeitos de diversificação. Para cada um dos negócios da empresa, é apurado o capital econômico nos seguintes níveis:

- Capital para risco de subscrição, segregando o risco da provisão do risco de precificação;

- Capital para risco de mercado, segregando os riscos de taxa de juros, inflação, câmbio, moedas estrangeiras e outros ativos;

- Capital para risco de crédito, segregando os riscos de resseguro, contas a receber, risco de crédito nos investimentos e demais ativos;

- Capital para risco operacional e legal;

- Capital para risco estratégico.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Através dos resultados obtidos dos modelos internos, são calculados e monitorados mensalmente para cada uma das linhas de negócio da companhia os seguintes indicadores:

- ROEC: Retorno sobre o capital econômico
- ROXC: Retorno sobre o excesso de capital
- ROAC: Retorno sobre o capital alocado

Os indicadores acima são periodicamente discutidos pela Alta Administração da Companhia e indicam o desempenho de cada unidade de negócio tendo em consideração o lucro em relação ao risco assumido. Com base nas avaliações, são definidos planos de ações para os produtos e negócios da empresa no sentido de alinhar as métricas com o apetite de risco e retorno exigido pelos acionistas.

Os modelos são periodicamente revisados e calibrados pela equipe de modelagem e gestão de riscos da Companhia.

	30/06/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido contábil	**2.320.583**	**2.259.687**
Deduções:		
Participações acionárias diretas e indiretas classificadas como investimentos nacionais de caráter permanente, considerando ágio e perdas esperadas	(1.328.534)	(1.277.136)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(11.133)	(11.343)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(3.623)	(3.623)
Ativos intangíveis	(45.467)	(40.101)
Obras de arte	(28)	(28)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA(a)	**931.798**	**927.456**
Margem de solvência		
0,20 dos prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses	513.747	503.542
0,33 dos sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses	467.375	431.854
Máximo entre prêmios e sinistros	**513.747**	**503.542**
Capital base **(b)**	15.000	15.000
Capital adicional **(e)**	632.564	609.051
Capital adicional de risco de subscrição **(c)**	549.525	528.112
Capital adicional de risco de crédito **(d)**	141.956	138.146
Capital Mínimo Requerido - CMR(b) + (e)	**647.564**	**624.051**
Maior entre CMR e margem de solvência (f)	**647.564**	**624.051**
Suficiência de capital - R$**(g) = (a) - (f)**	284.234	303.405
Suficiência de capital - %**(h) = (g) / (a)**	30,50%	32,71%

(e) Obtido pela fórmula $\mathbf{v\,(((c)^2+(d)^2)+(c*d))}$

5. Instrumentos financeiros derivativos

5.1. Quadro resumo das exposições em instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são negociadas e registradas por meio da BM&FBOVESPA ou mercado de balcão organizado. Para a Companhia, a manutenção de instrumentos financeiros derivativos, tem por finalidade única a proteção das variações cambiais e flutuação das taxas de juros.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de Referência (nocional)		Valor Justo		Valor a receber/ recebido		Valor a pagar / pago	
		30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Contratos Futuros:									
Compromisso de Compra									
Moeda Estrangeira	2012	5.567	9.870	5.567	9.870	-	803	236	768

5.2. Margens dadas em garantia

Em 30/06/2012 e 31/12/2011, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e opções mantidos em fundos de investimentos exclusivos classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

			30/06/2012
Ativo	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor**
LFT	junho-2013	202	1.061
LFT	setembro-2013	40	210
LFT	setembro-2016	30	157
Total		**272**	**1.428**

			31/12/2011
Ativo	**Vencimento**	**Quantidade**	**Valor**
LFT	junho-2013	202	1.013
LFT	setembro-2013	40	201
LFT	setembro-2016	30	150
Total		**272**	**1.364**

LFT: Letras Financeiras do Tesouro

6. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e o equivalente de caixa estão mensurados a valor justo através de resultado e estão demonstrados a seguir:

Descrição	**30/06/2012**	**31/12/2011**
Caixa	15	58
Contas bancárias	51.783	34.036
Equivalente de caixa **(a)**	26.004	30.782
Total	**77.802**	**64.876**
Circulante	**77.802**	**64.876**

(a) É considerado "equivalente de caixa" as aplicações com lastro em títulos públicos, liquidez diária e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

7. Aplicações

7.1. Composição das aplicações

30/06/2012

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	**399.120**	**401.444**	-	-		**401.444**
Certificados de depósito bancário								
Pós-fixado CDI	-	-	138.120	138.259	-	-	105,96%CDI	138.259
Pós-fixado IPCA	-	-	13.149	14.754	-	-	IPCA + 7,97%a.a.	14.754
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pós-fixado CDI	-	-	6.107	6.110	-	-	108%CDI	6.110
Debêntures								
Pós-fixado CDI	-	-	35.029	35.230	-	-	107,78%CDI	35.230
Letras financeiras	-	-	206.715	207.091	-	-	110,94%CDI	207.091
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	**696.833**	**704.265**	**365.481**	**383.988**		**1.069.746**
Letras financeiras do tesouro	-	-	586.016	586.516	-	-	SELIC	586.516
Notas do tesouro nacional								
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	110.817	117.749	365.481	383.988	IPCA + 6,11%a.a.	483.230
Títulos de renda variável	-	-	**157**	**135**	-	-		**135**
Ações	-	-	157	275	-	-		275
Impairment	-	-	-	(140)	-	-		(140)
Quotas de fundos de investimentos	**42.627**	**43.086**	-	-	-	-		**43.086**
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	24.164	24.164	-	-	-	-		24.164
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	18.463	18.922	-	-	-	-		18.922
Letras financeiras do tesouro	17.775	17.816	-	-	-	-	SELIC	17.816
Bônus do tesouro nacional	893	1.311	-	-	-	-	CDI	1.311
Outros	(205)	(205)	-	-	-	-		(205)
Outras aplicações	**1.334**	**1.334**						**1.334**
TOTAL	**43.961**	**44.420**	**1.096.110**	**1.105.844**	**365.481**	**383.988**		**1.515.745**
%		**2,9%**		**73,0%**	**24,1%**			**100%**
Circulante		**44.420**		**1.105.844**	**139.855**			**1.290.119**
Não circulante		-		-	**225.626**			**225.626**

31/12/2011

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor contábil	Valor contábil	Valor de mercado		
Títulos de renda fixa - privados	-	-	**425.469**	**427.447**	-	-		**427.447**
Certificados de depósito bancário								
Pré-fixado	-	-	109.967	110.503	-	-	12,7%a.a	110.503
Pós-fixado CDI	-	-	140.853	140.986	-	-	105,32%CDI	140.986
Pós-fixado IPCA	-	-	12.357	13.257	-	-	IPCA + 7,97%a.a	13.257
Depósito a prazo com garantia especial do FGC								
Pré-fixado	-	-	22.471	22.500	-	-	12,65%a.a	22.500
Pós-fixado CDI	-	-	5.817	5.826	-	-	108%CDI	5.826
Debêntures								
Pós-fixado CDI	-	-	32.348	32.641	-	-	106,48%CDI	32.641
Letras Financeiras	-	-	101.656	101.734	-	-	112%CDI	101.734
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	**688.412**	**689.873**	**356.247**	**365.093**		**1.046.120**
Letras financeiras do tesouro	-	-	580.318	580.346	-	-	SELIC	580.346
Notas do tesouro nacional								
Série B - pós-fixado IPCA	-	-	108.094	109.527	356.247	365.093	IPCA + 6,12%a.a	465.774
Títulos de renda variável	-	-	**150**	**128**	-	-		**128**
Ações	-	-	150	266	-	-		266
Impairment	-	-	-	(138)	-	-		(138)
Quotas de fundos de investimentos	**111.003**	**111.359**	-	-	-	-		**111.359**
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	24.060	24.060	-	-	-	-		24.060
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	66.037	66.393	-	-	-	-		66.393
Letras financeiras do tesouro	64.992	64.997	-	-	-	-	SELIC	64.997
Bônus do tesouro nacional	1.082	1.433	-	-	-	-	CDI	1.433
Outros	(37)	(37)	-	-	-	-		(37)
Quotas de fundos de investimentos em ações	20.906	20.906						20.906
Outras aplicações	**1.475**	**1.475**						**1.475**
TOTAL	**112.478**	**112.834**	**1.114.031**	**1.117.448**	**356.247**	**365.093**		**1.586.529**
%		**7,1%**		**70,4%**	**22,5%**			**100%**
Circulante		**112.834**		**1.117.448**	**136.342**			**1.366.624**
Não circulante		-		-	**219.905**			**219.905**

KPMS
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Uma parcela dos títulos e valores mobiliários no ativo não circulante da Companhia, que está registrada no grupo "Aplicações", contempla, também, Incentivos Fiscais, Depósitos e Fundos diversos vinculados ao IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas respectivas reduções ao valor recuperável. O saldo em 30/06/2012 é de R$ 4.344 (R$3.804 em 31/12/2011).

7.2. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 01/01/2011	**119.907**	**1.362.919**	**385.731**	**1.868.557**
Aplicações	342.200	1.660.563	-	2.002.763
Rendimento resgate	(9.890)	(123.670)	(32.486)	(166.046)
Principal resgate	(351.953)	(1.935.600)	(42.836)	(2.330.389)
Resultado financeiro	12.947	150.859	45.838	209.644
Outros pagamentos	(377)	(125)	-	(502)
Ajuste a valor de mercado	-	2.502	-	2.502
Saldo em 31/12/2011	**112.834**	**1.117.448**	**356.247**	**1.586.529**

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31/12/2011	**112.834**	**1.117.448**	**356.247**	**1.586.529**
Aplicações	104.216	317.315	-	421.531
Rendimento resgate	(6.004)	(54.178)	(10.591)	(70.773)
Principal resgate	(179.578)	(334.751)	-	(514.329)
Resultado financeiro	12.736	53.933	19.825	86.494
Outros recebimentos	216	2.551	-	2.767
Ajuste a valor de mercado	-	3.526	-	3.526
Saldo em 30/06/2012	**44.420**	**1.105.844**	**365.481**	**1.515.745**

7.3. Análise de sensibilidade das aplicações

As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando:

(i) A metodologia de VaR paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e *duration* nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e

(ii) DV01 (dolar-*value ou value for one basis-point*), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros.

Na tabela abaixo, apresentamos o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e o ganho ou (perda) com com a oscilação de um *basis-point* (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	30/06/2012	
	VaR 95%	DV01=0,01%
IPCA	1.770	-
Outros	(23)	-
Total	**1.747**	**-**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Fatores de Risco	31/12/2011	
	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	8	-
IPCA	1.141	-
Taxa referencial	1	-
Renda variável	(4)	-
Outros	2	-
Total	**1.148**	**-**

Os ativos referenciados a CDI e SELIC, não apresentam DIV01 devido a *effective duration* ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R$1).

7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 30/06/2012 e 31/12/2011 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos,

(ii) **Nível 2:**Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) e

(iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1

- **Títulos de renda variável e ações de companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão**: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês;

Nível 2

- **Títulos de renda fixa - públicos**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

- **Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras:** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDBs com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDBs sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDBs das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

- **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)**: São títulos pré fixados e pós fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o *spread* de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGEs das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos;

- **Debêntures**: Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado;

- **Quotas de fundos de investimentos**: Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

	Nível 1	Nível 2	30/06/2012	Nível 1	Nível 2	31/12/2011
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado	-	44.420	44.420	-	112.834	112.834
Disponível para venda	135	1.105.709	1.105.844	128	1.117.320	1.117.448
Total	**135**	**1.150.129**	**1.150.264**	**128**	**1.230.154**	**1.230.282**

8. Prêmios a receber

8.1. Movimentação dos prêmios a receber

Os prêmios a receber estão mensurados ao custo amortizado e contemplam os prêmios de emissão direta e co-seguro aceito, bem como as operações de retrocessão.

O parcelamento médio dos prêmios a receber, no caso de automóveis e RIC, é de 4 vezes. A seguir, a movimentação dos prêmios a receber nas datas indicadas:

Descrição	Prêmios	Redução do Valor Recuperável - *Impairment*	Total
Saldo em 01/01/2011	**619.024**	**(8.984)**	**610.040**
Prêmios Emitidos, Líquidos de cancelamento/Constituição	3.151.289	(4.069)	3.147.220
RVNE	3.528	-	3.528
Recebimentos / (Reversão)	(3.164.604)	4.629	(3.159.975)
Saldo em 31/12/2011	**609.237**	**(8.424)**	**600.813**
Circulante			**590.513**
Não Circulante			**10.300**

Descrição	Prêmios	Redução do Valor Recuperável - *Impairment*	Total
Saldo em 31/12/2011	**609.237**	**(8.424)**	**600.813**
Prêmios Emitidos, Líquidos de cancelamento/Constituição	1.532.239	(1.579)	1.530.660
RVNE	(13.979)	-	(13.979)
Recebimentos / (Reversão)	(1.530.689)	2.783	(1.527.906)
Saldo em 30/06/2012	**596.808**	**(7.220)**	**589.588**
Circulante			**584.438**
Não Circulante			**5.150**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

8.2. Prêmios a receber por vencimento

Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2012	31/12/2011
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	261.196	260.537
A vencer entre 31 e 60 dias	120.291	113.916
A vencer entre 61 e 180 dias	139.577	157.739
A vencer entre 181 e 365 dias	28.280	25.483
A vencer acima de 365 dias	5.150	10.300
	554.494	**567.975**
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	28.709	27.140
Vencidos entre 31 e 60 dias	3.046	1.822
Vencidos entre 61 e 180 dias	3.930	3.571
Vencidos entre 181 e 365 dias	1.851	1.354
Vencidos acima de 365 dias	4.778	7.375
	42.314	**41.262**
Redução ao Valor Recuperável - *Impairment* (a)	**(7.220)**	**(8.424)**
Total	**589.588**	**600.813**

(a) A redução ao valor recuperável é analisada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos, líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) e depósitos judiciais. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (*rating*) de probabilidade de perda, e para pessoa física, é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos.

9. Ativos e Passivos de Resseguro

9.1. Operações com resseguradoras

	Ativo		Passivo	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
IRB conta movimento	733	-	9.342	10.216
IRB adiantamento de sinistro	-	-	42.578	15.538
Recuperação de indenização e prêmios líquidos de comissões	12.577	25.628	17.800	40.366
Juros sobre prêmios	-	-	4.022	3.963
Salvados e ressarcimentos	-	-	7.411	14.573
Impairment	(2.817)	(1.624)	-	-
Total	**10.493**	**24.004**	**81.153**	**84.656**
Circulante	**10.493**	**24.004**	**79.141**	**80.631**
Não circulante		**-**	**2.012**	**4.025**

9.2. Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas

9.2.1. Movimentação da provisão de prêmios não ganhos - danos

PPNG	
Saldos em 01/01/2011	**80.443**
Emissões/RVNE	218.995
Cancelamentos	(79.345)
Amortizações	(130.576)
Saldos em 31/12/2011	**89.517**
Circulante	**71.783**
Não circulante	**17.734**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

PPNG	
Saldos em 31/12/2011	**89.517**
Emissões/RVNE	56.135
Cancelamentos	(7.603)
Amortizações	(75.385)
Saldos em 30/06/2012	**62.664**
Circulante	**48.633**
Não Circulante	**14.031**

9.2.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR e outros

	Danos	Pessoas	Total
Saldos em 01/01/2011	**365.728**	**98**	**365.826**
Adições/Baixa	60.548	16	60.564
Variação cambial	16.019	-	16.019
Variação IBNR/IBNC	(5.477)	(96)	(5.573)
Saldos em 31/12/2011	**436.818**	**18**	**436.836**
Circulante	**268.991**	**18**	**269.009**
Não circulante	**167.827**	**-**	**167.827**
Outros ativos de resseguros em 31/12/2011	**1.613**	**-**	**1.613**
Circulante	**1.613**	**-**	**1.613**

	Danos	Pessoas	Total
Saldos em 31/12/2011	**436.818**	**18**	**436.836**
Adições/Baixa	170.943	1	170.944
Variação Cambial	29.672	-	29.672
Variação IBNR/IBNC	3.968	(7)	3.961
Saldos em 30/06/2012	**641.401**	**12**	**641.413**
Circulante	**349.972**	**12**	**349.984**
Não Circulante	**291.429**	**-**	**291.429**
Outros Ativos de Resseguros em 30/06/2012	**2.709**	**-**	**2.709**
Circulante	**2.709**	**-**	**2.709**

10. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

10.1. Créditos tributários

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Impostos a compensar/recuperar **(10.1.1)**	20.720	34.208
Créditos Tributários e Previdenciários	**20.720**	**34.208**
Não circulante		
Créditos tributários e previdenciários - Prejuízo fiscal e base negativa **(10.1.2)**	3.623	3.623
Créditos tributários - Diferenças temporárias **(10.1.2)**	285.444	276.718
Créditos tributários - PIS / COFINS **(10.1.2)**	27.764	25.674
Créditos tributários e Previdenciários	**316.831**	**306.015**
Redução ao Valor Recuperável de Créditos Tributários	**(92.072)**	**(92.266)**
Total	**224.759**	**213.749**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

10.1.1. Tributos a compensar / recuperar

O saldo em 30/06/2012 é composto por Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de R$3.391 (R$15.955 em 31/12/2011), Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de R$4.921 (R$9.196 em 31/12/2011), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de R$10.174 (R$7.308 em 31/12/2011), Programa de Integração Social (PIS) R$1.810 (R$1.325 em 31/12/2011) e demais tributos a compensar de R$ 424 (R$424 em 31/12/2011).

10.1.2. Demais créditos tributários

As bases do imposto de renda e da contribuição social diferidos são compostas da seguinte forma:

	30/06/2012	31/12/2011
Provisões para ações judiciais, perdas e obrigações fiscais	500.655	476.153
Ágio em investimentos	283.907	283.907
Custo de apólice	67.835	69.905
Outros	12.199	13.784
Base de cálculo	**864.596**	**843.749**
Alíquota	25%	25%
(1) Créditos tributários imposto de renda - diferenças temporárias	**216.149**	**210.937**
(2) Total dos créditos tributários - imposto de renda	**216.149**	**210.937**
Base negativa de contribuição social	24.151	24.151
Alíquota	15%	15%
(3) Créditos tributários de contribuição social - bases negativas	**3.623**	**3.623**
Provisões para ações judiciais, perdas e obrigações fiscais	383.900	360.131
Agio em investimentos	(2.435)	-
Custo de apólice	67.835	69.905
Outros	12.665	8.502
Base de cálculo	**461.965**	**438.538**
Alíquota	15%	15%
(4) Créditos tributários de contribuição social - diferenças temporárias	**69.295**	**65.781**
(5) = (3) + (4) Total dos créditos tributários - contribuição social	**72.918**	**69.404**
(6) = (2) + (5) Total dos créditos tributários	**289.067**	**280.341**
Redução ao valor recuperável **(a)**	(92.072)	(92.266)
(7) Subtotal	**196.995**	**188.075**
(8) Créditos de PIS/COFINS (b)	**27.764**	**25.674**
(7) + (8) Total dos créditos tributários - líquidos	**224.759**	**213.749**
Não circulante	**224.759**	**213.749**

(a) Os valores representam créditos tributários diferidos, oriundos de bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável (impairment).

(b) Refere-se a créditos tributários de Programa de Integração Social – PIS e COFINS, calculados sobre o saldo das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.

Em 30/06/2012, o saldo acumulado de base negativa de contribuição social a compensar de R$24.151 é oriundo do exercício de 2004, e sua total realização esta prevista para 2012.

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias, exceto quando relacionados a diferenças temporárias oriundas de amortizações de ágio de investimentos permanentes.

10.2. Tributos diferidos

	30/06/2012	31/12/2011
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais **(a)**	121.584	105.765
Base de cálculo	**121.584**	**105.765**
Alíquota	25%	25%
(1) Tributos Diferidos - imposto de renda	**30.396**	**26.441**
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais **(a)**	121.584	105.765
Base de cálculo	**121.584**	**105.765**
Alíquota	15%	15%
(2) Tributos Diferidos - contribuição social	**18.238**	**15.865**
(3) = (1)+(2) Total dos tributos diferidos	**48.634**	**42.306**
Não Circulante	**48.634**	**42.306**

(a) Corresponde aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) que incidirão sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais, caso seja obtido êxito no desfecho final dos processos judiciais em curso.

11. Outros créditos operacionais

O montante principal que compõe a conta refere-se a valores a receber da Caixa Econômica Federal, oriundos de operações de seguros habitacionais (Sistema Financeiro de Habitação - SFH), mensurados pelo custo amortizado e que em 30/06/2012 era de R$ 286.054 (R$192.020 em 31/12/2011).

12. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Salvados e Ressarcimentos **(a)**	47.287	43.003
Ressarcimentos Recebidos	5.002	5.807
Total	**52.289**	**48.810**

(a) Salvados e ressarcimentos

		30/06/2012
Descrição	**Quantidade**	**Saldo**
de 01 a 30 dias em estoque	1.411	16.978
de 31 a 60 dias em estoque	641	6.823
de 61 a 120 dias em estoque	496	5.495
de 121 a 180 dias em estoque	309	3.860
de 181 a 365 dias em estoque	567	6.408
mais de 365 dias em estoque	808	7.723
Total	**4.232**	**47.287**

		31/12/2011
Descrição	**Quantidade**	**Saldo**
de 01 a 30 dias em estoque	980	12.328
de 31 a 60 dias em estoque	440	5.100
de 61 a 120 dias em estoque	439	5.218
de 121 a 180 dias em estoque	316	3.559
de 181 a 365 dias em estoque	615	7.085
mais de 365 dias em estoque	1.516	9.713
Total	**4.306**	**43.003**

Em 30/06/2012, o montante refere-se principalmente a salvados de automóveis que corresponde 92% do saldo (92% em 31/12/2011).

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

13. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Evento	Seguro direto e cosseguro cedido	Cosseguro aceito	Total
Saldo em 01/01/2011	**288.827**	**655**	**289.482**
Custo de aquisição gerado	684.324	2.329	**686.653**
Amortização	(670.706)	(2.013)	**(672.719)**
Cancelamento	(44.375)	(261)	**(44.636)**
RVNE	(540)	-	**(540)**
Saldo em 31/12/2011	**257.530**	**710**	**258.240**
Circulante			**254.803**
Não circulante			**3.437**

Evento	Seguro direto e cosseguro cedido	Cosseguro aceito	Total
Saldo em 31/12/2011	**257.530**	**710**	**258.240**
Custo de aquisição gerado	304.947	924	**305.871**
Amortização	(289.030)	(826)	**(289.856)**
Cancelamento	(17.912)	(226)	**(18.138)**
RVNE	(3.103)	-	**(3.103)**
Saldo em 30/06/2012	**252.432**	**582**	**253.014**
Circulante			**249.262**
Não circulante			**3.752**

14. Participações societárias

Descrição	Sul América Companhia de Seguros Gerais	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Total
Percentual de Participação no Capital Social	52,69%	63,50%	
Quantidade de Ações Ordinárias Possuídas	61.019	32.224.312	
Quantidade de Ações Preferenciais Possuídas	61.020	11.507.062	
Ativo	50.601	2.946.971	
Passivo Circulante e Não Circulante	35.980	884.940	
Capital Social	9.866	1.100.000	
Patrimônio Líquido	14.621	2.062.031	
Lucro Líquido do Período	694	123.680	
Equivalência Patrimonial **(a) (b)**	366	81.734	**82.100**
Valor Contábil do Investimento **(b)**	7.714	1.320.820	**1.328.534**
Saldos em 30/06/2012	**7.714**	**1.320.820**	**1.328.534**
Saldos em 31/12/2011	**7.350**	**1.277.310**	**1.284.660**

(a) Em 30/06/2012, a equivalência patrimonial de R$ 82.100 (R$54.655 em 30/06/2011) está registrada na rubrica "Resultado Patrimonial", que contempla também "Outras Receitas e Despesas patrimoniais" de R$ 4 (R$103 de receita em 30/06/2011).

(b) A equivalência patrimonial refletida no resultado da Companhia contempla os ajustes no patrimônio líquido de sua investida CIA SAÚDE, provenientes da harmonização com as práticas do CPC não adotada pelo órgão regulador da investida.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

15. Contas a pagar

Além dos tributos diferidos (vide nota 10.2), destacam-se as seguintes obrigações:

15.1. Obrigações a pagar

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Obrigações fiscais - **Nota (21)**	280.913	269.770
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	38.270	76.913
Honorários de administradores a pagar	1.503	3.503
Participações no Lucro	2.045	11.767
Demais	18.908	21.246
Total	**341.639**	**383.199**
Circulante	**60.726**	**113.302**
Não Circulante	**280.913**	**269.897**

15.2. Outras contas a pagar

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Contas a pagar fornecedores	21.313	13.812
Compromissos mobiliários a pagar	15.130	11.313
Operações de seguros	5.455	2.994
Honorários advocatícios	26.165	25.328
Outros	3.792	5.571
Total	**71.855**	**59.018**
Circulante	**49.456**	**35.791**
Não circulante	**22.399**	**23.227**

16. Débitos de operações com seguros e resseguros

16.1. Corretores de seguros e resseguros

Descrição	30/06/2012	31/12/2011
Seguro direto e cosseguro cedido	61.762	67.529
Cosseguro aceito	365	245
Outros	225	264
Total	**62.352**	**68.038**
Circulante	**62.352**	**68.038**

17. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são representados basicamente por cobrança antecipada de prêmios e prêmios e emolumentos recebidos. Sua distribuição por idade é apresentada a seguir:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Prêmio Direto	Cosseguro	Total	Prêmio Direto	Cosseguro	Total
1 a 30 dias	8.395	4	8.399	10.080	25	10.105
31 a 60 dias	883	11	894	1.677	266	1.943
61 a 120 dias	1.028	28	1.056	3.220	35	3.255
121 a 180 dias	1.063	29	1.092	4.285	17	4.302
181 a 365 dias	214	75	289	902	79	981
Acima de 365 dias	909	296	1.205	1.463	219	1.682
Total	**12.492**	**443**	**12.935**	**21.627**	**641**	**22.268**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

18. Provisões técnicas de seguros

18.1. Provisões técnicas de seguros

		Consolidado
Descrição	**30/06/2012**	**31/12/2011**
Danos		
Provisão de prêmios não ganhos	1.281.709	1.320.292
Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não visados - IBNR	1.341.475	1.081.490
Outras	9.325	9.202
Total de provisões para danos	**2.632.509**	**2.410.984**
Circulante	**2.169.132**	**2.055.998**
Não circulante	**463.377**	**354.986**
Pessoas		
Provisão de prêmios não ganhos	1.568	1.407
Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	742	2.098
Outras	122	167
Total de provisões para pessoas	**2.432**	**3.672**
Circulante	**2.328**	**3.599**
Não circulante	**104**	**73**
Total de provisões para danos e pessoas	**2.634.941**	**2.414.656**
Circulante	**2.171.460**	**2.059.597**
Não Circulante	**463.481**	**355.059**

18.2. Movimentação das provisões técnicas de seguros

	Provisão de prêmios não ganhos	**Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	
Saldo em 01/01/2011	**1.275.929**	**1.015.329**	
Emissões	2.907.957	-	
Baixas	(278.551)	-	
Prêmios ganhos	(2.583.636)	-	
Avisados / alterações	-	1.827.418	
Pagamentos	-	(1.784.611)	
Correção Monetária / juros	-	25.000	
Variação do IBNR / IBNC	-	452	
Saldo em 31/12/2011	**1.321.699**	**1.083.588**	**2.405.287**
Outras provisões			**9.369**
Total			**2.414.656**
Circulante			**2.059.597**
Não circulante			**355.059**

	Provisão de prêmios não ganhos	**Sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	
Saldo em 31/12/2011	**1.321.699**	**1.083.588**	
Emissões	902.616	-	
Baixas	(65.730)	-	
Prêmios ganhos	(875.308)	-	
Avisados / alterações	-	1.084.990	
Pagamentos	-	(889.686)	
Correção monetária / juros	-	43.720	
Variação do IBNR / IBNC	-	19.605	
Saldo em 30/06/2012	**1.283.277**	**1.342.217**	**2.625.494**
Outras provisões			**9.447**
Total			**2.634.941**
Circulante			**2.171.460**
Não circulante			**463.481**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Em 30/06/2012 e 31/12/2011, a PSL contempla sinistros em disputa judicial, relacionados principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, relativas, principalmente, aos ramos de automóveis. Em 30/06/2012 e 31/12/2011, a posição de sinistros em disputa judicial era a seguinte:

			30/06/2012
PSL bruta de resseguro	**Quantidade**	**Valor de abertura**	**Valor provisionado**
Até 1 ano	1.405	397.926	217.971
1 a 3 anos	1.105	143.182	45.466
Mais de 3 anos	2.052	702.936	402.763
Total de provável	**4.562**	**1.244.044**	**666.200**

			31/12/2011
PSL bruta de resseguro	**Quantidade**	**Valor de abertura**	**Valor provisionado**
Até 1 ano	1.213	37.137	28.456
1 a 3 anos	1.035	132.660	41.257
Mais de 3 anos	2.042	624.622	333.065
Total de provável	**4.290**	**794.419**	**402.778**

18.3. Garantia das provisões técnicas

As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

	30/06/2012	31/12/2011
Provisões técnicas de seguros	2.634.941	2.414.656
Total das provisões técnicas	**2.634.941**	**2.414.656**
(-) Ativos de resseguro - provisões técnicas	706.786	527.966
(-) Depósitos judiciais	1.491	7.874
(-) Direitos creditórios	437.572	444.162
(-) Depósitos especiais no IRB	6.052	5.989
Montante a ser garantido	**1.483.040**	**1.428.665**
Ativos dados em garantia:		
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	24.164	24.060
Quotas de fundos de investimentos exclusivos **(a)**	44.926	97.175
Títulos de renda fixa - públicos	1.051.853	1.029.035
Títulos de renda fixa - privados	401.444	427.447
Total de ativos	**1.522.387**	**1.577.717**
Ativos livres	**39.347**	**149.052**

(a) Em 30/06/2012, a linha de Quotas de Fundos de Investimentos Exclusivos contempla o montante de R$26.004 (R$30.782 em 31/12/2011) relativo às operações compromissadas, estão apresentadas na rubrica "Equivalente de Caixa", conforme a nota 6.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

19. Partes relacionadas

19.1. Transações

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

		Ativo		Passivo	
Descrição	**Categoria**	**30/06/2012**	**31/12/2011**	**30/06/2012**	**31/12/2011**
Sul América S.A. **(a) (b) (e) (g)**	Controladora indireta	36	125	13.037	21.047
Sulasapar Participações S.A.**(a)**	Outros	18	63	-	-
SAEPAR Serviços Participações S.A.**(a) (b) (e)**	Controladora	410	1.385	28.601	57.796
Sul América Companhia de Seguro Saúde**(a) (b) (d) (e)**	Controlada	38.645	44.129	-	-
Sul América Companhia de Seguros Gerais **(a) (b) (d)**	Controlada	1	414	8	5
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários **(a) (b) (f)**	Controlada Indireta	79	28	469	314
Sul América Seguro Saúde S.A. **(a) (b)**	Controlada Indireta	1.987	4.389	2	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. **(a) (b) (i) (j)**	Controlada Indireta	17.885	18.437	-	-
Nova Ação Participações S.A. **(a) (b)**	Outros	18	63	5	-
Brasilsaúde Companhia de Seguros **(a) (b)**	Controlada Indireta	117	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A.**(a) (b)**	Controlada Indireta	79	588	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A.**(a) (b) (h)**	Controlada Indireta	1.330	59	-	-
Dental Plan LTDA **(b)**	Controlada Indireta	120	-	-	-
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP **(a) (b)**	Outros	84	39	-	-
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira **(c)**	Outros	-	-	-	-
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia **(c)**	Outros	-	-	-	-
Gouvea Vieira Advocacia **(c)**	Outros	-	-	-	-
Gouvea Vieira Advogados Associados**(c)**	Outros	-	-	-	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas **(d) (e)**	Outros	-	-	413	423
Total		**60.809**	**69.719**	**42.535**	**79.585**

		Receita		Despesa	
Descrição	**Categoria**	**30/06/2012**	**30/06/2011**	**30/06/2012**	**30/06/2011**
Sul América S.A. **(a) (b) (e) (g)**	Controladora indireta	96	89		-
Sulasapar Participações S.A.**(a)**	Outros	48	45	-	-
SAEPAR Serviços Participações S.A.**(a) (b) (e)**	Controladora	1.441	1.484	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde**(a) (b) (d) (e)**	Controlada	3.918	2.742	-	-
Sul América Companhia de Seguros Gerais **(a) (b) (d)**	Controlada Indireta	59	90	-	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários **(a) (b) (f)**	Controlada Indireta	48	404	(1.691)	(2.084)
Sul América Seguro Saúde S.A. **(a) (b)**	Controlada Indireta	6.124	5.237	(71)	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. **(a) (b) (i) (j)**	Controlada Indireta	2.139	2.085	(212)	(292)
Nova Ação Participações S.A. **(a) (b)**	Outros	48	45	-	-
Brasilsaúde Companhia de Seguros **(a) (b)**	Controlada Indireta	32	-	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A.**(a) (b)**	Controlada Indireta	192	180	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A.**(a) (b) (h)**	Controlada Indireta	270	355	(995)	(3.997)
Dental Plan LTDA **(b)**	Controlada Indireta	-	-	-	-
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP **(a) (b)**	Outros	-	-	(50)	(31)
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira **(c)**	Outros	-	-	-	(878)
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia **(c)**	Outros	-	-	(958)	(694)
Gouvea Vieira Advocacia **(c)**	Outros	-	-	(121)	(57)
Gouvea Vieira Advogados Associados**(c)**	Outros	-	-	(1.310)	-
Demais empresas associadas e acionistas pessoas físicas **(d) (e)**	Outros	-	-	-	-
Total		**14.415**	**12.756**	**(5.408)**	**(8.033)**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

(a) Valor referente ao rateio das despesas de aluguel entre as empresas do grupo SulAmérica S.A.;

(b) Transações em Conta Corrente entre Cias, referente basicamente, as operações com Seguro e Reembolso de Despesas Administrativas;

(c) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente;

(d) Valor referente a Dividendos a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios do Grupo SulAmérica;

(e) Valor referente a Juros Sobre Capital Próprio a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica;

(f) Refere-se a Taxa de Administração a Controlada SAMI por serviços de gestão de Ativos;

(g) Refere-se a reembolso às empresas da SulAmérica que pagaram seus funcionários com Plano Geral de Compras de Ações (Stock Options) de emissão da SulAmérica S.A;

(h) Refere-se ao Seguro Saúde a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela SulAmérica;

(i) Refere-se a seguro de Vida Grupal pago de funcionários;

(j) Valor referente ao plano de Previdência Complementar oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores.

Até junho de 2012 a Companhia recebeu de suas controladas dividendos no montante de R$ 44.224 (R$ 12.445 em 2011) da CIA SAÚDE e R$ 304 (R$246 em 2011) da SASG, referentes ao exercício de 2011, e pagou os montantes de R$ 18.704 (R$ 48.911 em 2011) à SASA e R$ 57.796 (R$ 151.135 em 2011) à NOVA SAEPAR, referentes a juros sobre o capital próprio provisionados no exercício de 2011.

19.2. Remuneração da administração

A Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Descrição	Contas a pagar	Despesas
Benefícios de curto prazo a administradores	1.603	(5.041)
Benefícios pós-emprego	8.782	(2.834)
Remuneração baseada em ações **(a)**	3.749	(1.412)
Saldos em 30.06.2012	**14.134**	**(9.287)**
Saldos em 31.12.2011	**12.896**	**-**
Saldos em 30.06.2011	**-**	**(6.694)**

(a) Referente à remuneração de executivos da Companhia, baseada em ações da SASA, conforme nota 3.10

20. Compromissos e ônus a liquidar

20.1. Outros créditos

Em 30/06/2012, o saldo de R$ 86.528 (R$ 78.771 em 31/12/2011) da rubrica "Outros Créditos", no ativo circulante, é composto principalmente por recursos bloqueados nas contas correntes bancárias referentes a demandas judiciais no montante de R$ 83.781 (R$77.879 em 31/12/2011).

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

20.2. Garantia das provisões técnicas

A Companhia possuem bens vinculados à SUSEP, oferecidos em garantia para coberturas das provisões técnicas, que estão relacionados na nota 18.3.

20.3. Contratos de aluguel

20.3.1. Rio de Janeiro

Em 17/12/2007, a Companhia celebrou contrato de locação de imóvel no Rio de Janeiro. O prazo de locação é de 10 anos, contados a partir de 18/04/2009, podendo ser prorrogado por mais 60 meses. Durante este período, a Companhia se compromete a pagar 10 parcelas anuais de R$13.712, reajustadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei, pela variação percentual acumulada do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, que em 30/06/2012 corresponde a R$ 19.023 (R$18.458 em 31/12/2011) registrados na rubrica "Despesas Administrativas". O referido contrato de locação possui cláusulas que restringem a capacidade da Companhia e o locador rescindirem unilateralmente o contrato. A rescisão unilateral voluntária acarretará no pagamento de indenização à outra parte, nas condições estipuladas no contrato.

20.3.2. São Paulo

Em 05/07/2011, a Companhia, Sul América Companhia de Seguro Saúde, Sul América Seguro Saúde S.A. e Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A., renovaram o contrato de locação do imóvel em São Paulo com vigência a partir de 04/12/2011, pelo prazo de 60 meses. Durante esse prazo, as empresas se comprometeram a pagar mensalmente a quantia de R$ 1.555, reajustada anualmente pela variação percentual acumulada do IGP-M, cabendo à Companhia um percentual de 30% sobre este montante.

21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	30/06/2012		
	Depósitos Judiciais e fiscais	**Provisões Judiciais**	**Obrigações Fiscais**
Fiscais:			
COFINS	105.676	-	90.484
PIS	132.510	-	104.263
INSS	134.765	114.441	-
Contribuição social	60.970	11.035	55.905
Imposto de renda	30.150	2.159	22.702
Outros	30.476	-	7.559
Trabalhistas e cíveis:	-	-	-
Ações trabalhistas	37.413	23.263	-
Ações cíveis	32.608	104.239	-
DPVAT	-	3.020	-
Outros	-	348	-
Total	**564.568**	**258.505**	**280.913**
Circulante	**-**	**39.858**	**-**
Não circulante	**564.568**	**218.647**	**280.913**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

	31/12/2011		
	Depósitos judiciais e fiscais	Provisões judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais:			
COFINS	102.365	-	87.576
PIS	128.325	-	101.154
Contribuição social	56.956	10.999	48.600
Imposto de renda	21.201	-	16.549
Outros	34.609	2.094	15.294
Previdenciárias:			
INSS	128.397	107.747	597
Trabalhistas e cíveis:	-	-	-
Ações trabalhistas	27.545	20.557	-
Ações cíveis	33.887	100.019	-
DPVAT	-	2.848	-
Outros	**-**	**300**	**-**
Total	**533.285**	**244.564**	**269.770**
Circulante	**-**	**24.332**	**-**
Não circulante	**533.285**	**220.232**	**269.770**

21.1. Movimentação das provisões para ações judiciais relevantes

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	Baixas	Saldos em 30/06/2012
Cíveis:	**102.867**	16.804	3.866	(16.278)	**107.259**
Tributárias:					
PIS	**101.154**	-	3.109	-	**104.263**
COFINS	**87.576**	-	2.908	-	**90.484**
Demais	**93.536**	2.252	3.572	-	**99.360**
Previdenciárias:					
INSS	**108.344**	3.557	3.251	(711)	**114.441**

21.2. Ações fiscais

As principais ações fiscais da Companhia, em 30/06/2012 e 31/12/2011, são:

(a) COFINS

A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas geradas nas atividades de seguro.

Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados estão provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração.

(b) PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas.

(c) INSS

A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram-se com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores.

(d) IRPJ

A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade.

(e) CSLL

De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.

Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda.

As demandas judiciais referentes às ações fiscais anteriormente expostas vem sendo provisionadas de acordo com a expectativa de perda da Administração.

21.3. Contingências

As principais contingências da Companhia, em 30/06/2012 e 31/12/2011, são:

(a) INSS

A Companhia questiona e depositou judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços médicos, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Em dezembro de 2010, a Companhia obteve decisão favorável no processo da Lei 84/1996 relativos aos prestadores médicos, tendo transitado em julgado os acórdãos que admitiu o nosso pleito. A Companhia encontra-se aguardando a autorização para levantamento do depósito judicial relacionado a causa, no montante de R$21.171. A Companhia obteve provimento ao recurso especial interposto referente à Lei 9.876/1999, afastando a incidência da contribuição previdenciária sobre os valores repassados aos profissionais da área de saúde. Os advogados que patrocinam a causa reputam como remota a perda da demanda.

(b) IRPJ/CSLL

Foram lavrados autos de infração contra Companhia em que se exige os tributos não pagos em função da dedução, nas bases de cálculo do imposto de renda e

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

da contribuição social, da amortização de ágio oriundo de incorporação da sua controladora STA Participações S.A., respectivamente, nos anos-calendário 2006 e 2007. Os valores exigidos atualizados em 30/06/2012 montam R$39.341. A Companhia apresentou a tempestiva impugnação aos autos de infração lavrados e, com base na opinião de seus advogados reputam como possível a perda da demanda.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30/06/2012 e 31/12/2011 é R$ 1.250.000 dividido em 409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

22.2. Reserva de capital

Refere-se ao ágio apurado na aquisição, em 08/07/2010, de ações representativas de 49,92% no capital da Brasilsaúde Companhia de Seguros "BRASILSAÚDE" pela controlada indireta "SAÚDE", quando passou a deter a totalidade do capital da BRASILSAÚDE. A Companhia detém, indiretamente, 59,90% do capital social da SAÚDE e registrou em seu patrimônio líquido, de forma reflexa, a parcela que é proporcional à sua participação, na forma preconizada pelo parágrafo 67 do ICPC 09.

22.3. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

22.4. Reserva estatutária

Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembléia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

22.5. Ajustes com títulos e valores mobiliários

A rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

22.6. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

23. Detalhamento das contas do resultado

23.1. Principais ramos de atuação

	30/06/2012			30/06/2011		
	Prêmios Ganhos	**Sinistralidade**	**Comissionamento**	**Prêmios Ganhos**	**Sinistralidade**	**Comissionamento**
Automóveis	1.120.319	68,2%	26,02%	1.058.242	63,6%	24,0%
Transportes	46.468	58,5%	18,72%	61.026	51,7%	16,6%
Incêndio **(a)**	26.642	731,5%	15,22%	35.858	478,9%	16,4%
Riscos Diversos	4.370	65,9%	31,15%	24.583	60,7%	16,5%
Responsabilidade Civil	29.127	44,8%	8,29%	13.075	N/A	15,4%
Outros	125.070			94.527		
Total	**1.351.996**			**1.287.311**		

(b) Em 30/06/2012 a sinistralidade está impactada principalmente pelo registro de um sinistro judicial referente a apólice de seguro de riscos operacionais, com repasse de risco ao ressegurador de 99,68% (vide nota 23.6), e em 30/06/2011 por um sinistro ocorrido no valor de R$130.000, montante esse 100% ressegurado. Com a alteração do plano de contas e modelo de divulgação pela circular SUSEP nº 424/2011 e permanência na circular SUSEP nº430/2012, o resseguro passou a ser apresentado em grupo específico, desta forma a aparente alta na sinistralidade não tem representatividade no resultado da empresa visto que na nota em questão estão sendo considerados apenas os sinistros diretos.

23.2. Receitas com emissão de apólices

Conforme mencionado na nota 3.1.1, além dos custos de angariação adicionados ao processo de diferimento, a receita com custo de apólice e seus respectivos custos também estão sendo diferidos pelo prazo médio de vigência dos contratos de seguros. A realização das receitas diferidas está sendo reconhecida na rubrica "Receitas com Emissão de Apólices", conforme Circular SUSEP 430/2012 que destacou esta operação anteriormente divulgada na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais".

23.3. Sinistros ocorridos

	30/06/2012	30/06/2011
Sinistros	(1.135.390)	(1.079.918)
Recuperação de sinistros	1.971	34.252
Salvados e ressarcimentos	77.125	104.203
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	(19.598)	5.056
Total	**(1.075.892)**	**(936.407)**

23.4. Custos de aquisição

Comissões:	30/06/2012	30/06/2011
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos	(305.285)	(297.110)
Sobre prêmios diretos e co-seguros aceitos cancelados e restituídos	20.641	26.416
Sobre prêmios cedidos	392	755
Variação de custos de aquisição diferidos	(45.419)	(43.401)
Total	**(329.671)**	**(313.340)**

23.5. Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2012	30/06/2011
Despesas com operações de seguros	(21.267)	(27.500)
Serviços técnicos de seguros	(4.802)	(3.965)
Variação no valor recuperável dos prêmios e tributos a receber	(417)	(3.288)
Constituição de provisão para ações judiciais e outras operações de seguros	(12.999)	(10.006)
Outras despesas e receitas operacionais	(3.151)	(2.119)
Total	**(42.636)**	**(46.878)**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

23.6. Resultado com resseguro

	30/06/2012	30/06/2011
Receitas com resseguro		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	235.269	180.276
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	3.961	(3.371)
Total	**239.230**	**176.905**
Despesas com resseguro		
Prêmios de resseguros	(54.625)	(60.169)
Variação das provisões técnicas de resseguros	(25.756)	(16.760)
Salvados e ressarcimentos	(2.808)	(273)
Total	**(83.189)**	**(77.202)**
Resultado com resseguro	**156.041**	**99.703**

(a) O saldo em 30/06/2012 está impactado principalmente pelo reflexo no resultado do registro de um sinistro judicial referente a um seguro de Riscos Operacionais, com repasse de risco ao ressegurador de 99,68%.

23.7. Despesas administrativas

	30/06/2012	30/06/2011
Pessoal próprio **(a) (b)**	(61.049)	(55.360)
Serviço de terceiros	(61.201)	(53.338)
Localização e funcionamento	(57.736)	(52.105)
Publicidade e propaganda	(3.375)	(3.325)
Recuperação de despesa administrativa	2.144	7.060
Outras despesas administrativas	(481)	(803)
Total	**(181.698)**	**(157.871)**

(a) Em 30/06/2012 e 2011, no item Pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios de administradores (vide nota 19.2).

(b) Em 30/06/2012 e 2011, os benefícios aos funcionários estão representados por:

	30/06/2011	30/06/2011
Vale alimentação, refeição e transporte	(6.643)	(6.737)
Seguro saúde e odontológico	(995)	(3.125)
Treinamento	(82)	(113)
Auxílio creche/ babá	(347)	(117)
Previdência Privada	(657)	(386)
Outros	(785)	(799)
Total	**(9.509)**	**(11.277)**

23.8. Resultado financeiro por categoria

	30/06/2012	30/06/2011
Títulos e valores mobiliários	**86.494**	**106.680**
Valor justo por meio do resultado	12.736	4.854
Disponível para venda	53.933	75.023
Mantido até o vencimento	19.825	26.803
Operações de seguros - outros	**21.136**	**25.008**
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	**(16.091)**	**(9.534)**
Outros	**4.128**	**5.640**
Total	**95.667**	**127.794**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

23.9. Receitas financeiras

	30/06/2012	30/06/2011
Valorização de quotas de fundos de investimentos	21.847	14.812
Títulos de renda fixa - privados	20.335	19.539
Títulos de renda fixa - públicos	56.458	83.540
Títulos de renda variável	-	757
Operações de seguros	41.015	31.895
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	17.594	13.596
Outras	6.118	9.010
Total	**163.367**	**173.149**

23.10. Despesas financeiras

	30/06/2012	30/06/2011
Operações de seguros	(19.879)	(6.887)
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(12.146)	(11.968)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(33.685)	(23.130)
Outras	(1.990)	(3.370)
Total	**(67.700)**	**(45.355)**

23.11. Reconciliação de imposto de renda e de contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2012		30/06/2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da provisão para imposto de renda/contribuição social	**106.404**	**106.404**	**112.483**	**112.483**
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas - 25% e 15%	(26.601)	(15.961)	(28.121)	(16.872)
Adições:				
Provisão para perdas de investimentos	(5)	(3)	-	-
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(6.093)	(3.656)	(1.302)	(851)
Redução ao Valor Recuperável	(108)	(65)	(821)	(493)
Despesas não dedutíveis	-	-	(12.557)	(7.510)
Outras - Adições	(1.617)	(997)	(95)	(1)
Exclusões:				
Resultado positivo com equivalência patrimonial	20.526	12.316	13.664	8.198
Reversão de provisões não dedutíveis	96	57	21	13
Participação nos lucros	588	353	583	350
Atualização de depósitos judiciais	3.955	2.373	3.200	1.920
Reversão Despesas Não-Dedutíveis	87	105	-	-
Oscilação Cambial Invest.Exterior - Receita	3	2	-	-
Reversão do Custo de Apólice	2.190	1.314	-	-
Outras - Exclusões	54	33	711	192
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	**-**	**-**	**-**	**3.416**
Redução de Incentivo Fiscal	**154**	**-**	**-**	**-**
Despesas corrente com imposto de renda e contribuição social curto prazo	**(6.771)**	**(4.129)**	**(24.717)**	**(11.638)**
Impostos Diferidos				
Reversão de créditos tributários prejuízo fiscal e base negativa	**-**	**-**	**-**	**(3.434)**
Reversão da redução ao valor recuperável PF/BN	**82**	**113**	**-**	**-**
Constituição de créditos tributários sobre Diferenças Temporarias	**5.212**	**3.514**	**14.675**	**8.872**
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	**(3.955)**	**(2.373)**	**(2.044)**	**(1.920)**
Constituição/Reversão da provisão para riscos	**-**	**-**	**16**	**(21)**
Despesas com imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado	**(5.432)**	**(2.875)**	**(12.070)**	**(8.141)**

KPMG

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

24. Benefício pós-emprego

A Administração da Companhia identificou os seguintes benefícios pós-emprego:

(a) Benefício de aposentadoria suplementar

Benefício concedido aos funcionários até 2004 e que correspondia a 60% da média salarial das últimas 36 remunerações atualizadas, proporcionais ao número de anos trabalhados, limitado a 35 anos, deduzido do benefício previdenciário oficial. Esse plano foi extinto, e substituído no segundo semestre de 2004, por um plano de contribuição definida, por meio do PGBL, contratado junto à SULASEG. Quando da alteração do regime do benefício, o passivo atuarial foi totalmente revertido contra o ativo atuarial, permanecendo somente o crédito atuarial, no montante de R$16.302 (R$ 17.020 em 31/12/2011) relativo às contribuições passadas, aportadas pelos funcionários que não fazem mais parte do atual quadro de pessoal e que será utilizado para fazer face às futuras contribuições. Esse montante está registrado na rubrica "Títulos e Créditos a Receber". A despesa com PGBL em 30/06/2012 foi de R$237 (R$143 em 30/06/2011).

(b) Benefícios de renda vitalícia

Benefício concedido a um grupo exclusivo de ex-empregados aposentados e que consiste em uma renda vitalícia sem direito de continuação *post-mortem* para seus dependentes;

(c) Programa de indenização para executivos

Benefício concedido aos executivos no momento da aposentadoria, que passou pelas seguintes alterações durante o ano de 2003:

• Apresentou redução no número de participantes, sendo esse evento refletido nos resultados conforme determina o CPC 33;

• Procedeu à alteração no cálculo e na elegibilidade da indenização. A seus executivos a Companhia concedeu um plano de contribuição definida por meio do PGBL, contratado junto à SULASEG. O benefício de indenização para executivos garante um montante calculado individualmente, que considera o serviço passado até a data de implantação do plano atualizado até a data de aposentadoria, de acordo com o retorno dos investimentos do Fundo de Investimento Financeiro Especialmente Constituído - Plano Gerador de Benefícios Livres.

24.1. Resultado da avaliação atuarial

Em 30/06/2012, o passivo reconhecido com base na avaliação atuarial referente ao benefício de renda vitalícia foi de R$ 3.044 (R$ 2.073 em 31/12/2011), e a despesa de 30/06/2012 foi de R$ 1.763 (R$ 1.500 em 31/12/2011). O passivo atuarial referente ao Programa de Indenização para Executivos em 30/06/2012 foi de R$ 4.184 (R$ 3.940 em 31/12/2011) e a despesa de 30/06/2012 foi de R$ 243 (R$ 519 em 31/12/2011).

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

25. Outras informações – seguros

É política das controladas manter cobertura de seguros para os imóveis que a SulAmérica utiliza, sejam eles próprios ou alugados, sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

Itens	Tipo de Cobertura	Valor da cobertura 30/06/2012	30/06/2011
Imóveis	Quaisquer danos materiais aos imóveis, instalações e máquinas e equipamentos **(a)**	401.492	370.972
Veículos	Incêndio, roubo e colisão	59	59
Total		**401.551**	**371.031**

(a) A variação refere-se ao aumento da cobertura de perda de aluguel e incêndio após revisão da apólice de seguro do imóvel do Morumbi.

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

26. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais

	30/06/2012	30/06/2011
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**96.052**	**86.229**
MAIS		
Depreciações e amortizações	10.685	11.482
Pagamento com base em ações (*stock options*)	1.412	854
Outros	12	11
MENOS		
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(82.100)	(54.655)
Juros e variações monetárias sobre depósitos judiciais e provisões para ações judiciais	(9.266)	(12.473)
Juros e variações monetárias sobre créditos a compensar	(722)	(36)
Reversão da provisão para perda de investimentos	-	(1.517)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Variação das aplicações	73.769	229.737
Variação dos créditos e débitos das operações de seguros e resseguros	(37.628)	69.132
Variação de títulos e créditos a receber	57.344	(57.138)
Variação de outros valores e bens	(3.479)	(23.522)
Variação das despesas antecipadas	(913)	(3.123)
Dividendos/juros sobre capital próprio recebidos de controladas e coligadas	-	12.690
Variação de contas a pagar	(7.503)	(12.574)
Variação de depósitos de terceiros	(9.333)	(1.252)
Variação de outros débitos e débitos diversos	4.673	(3.984)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**93.003**	**239.861**

KPMG
RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO